

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ANTÔNIO DOS SANTOS SOUZA
GLASIMARY CAMPOS SANTOS
KARLA MARCELINA DE JESUS BRASIDA

POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E
TRANSFERÊNCIA DE RENDA, COM FOCO NO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
PROPRIÁ-SERGIPE

Propriá
2012

ANTÔNIO DOS SANTOS SOUZA
GLASIMARY CAMPOS SANTOS
KARLA MARCELINA DE JESUS BRASIDA

POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E
TRANSFERÊNCIA DE RENDA, COM FOCO NO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
PROPRIÁ-SERGIPE

Trabalho de Conclusão de curso apresentada à
Universidade Tiradentes como um dos pré-requisitos
para obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

ORIENTADORA: SANDRA REGINA OLIVEIRA
PASSOS DE BRAGANÇA FERRO

Propriá
2012

ANTÔNIO DOS SANTOS SOUZA
GLASIMARY CAMPOS SANTOS
KARLA MARCELINA DE JESUS BRASIDA

POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E TRANSFERÊNCIA DE
RENDA, COM FOCO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE PROPRIÁ-SERGIPE

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao curso de Serviço Social da Universidade
Tiradentes- UNIT, como requisito parcial
para obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.

Aprovada em ___/___/____.
Banca Examinadora

Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro
Universidade Tiradentes

Maria da Conceição Souza Mendonça
Universidade Tiradentes

Lenalda Vieira Santos Morães
Universidade Tiradentes

Dedico este trabalho especialmente ao meu Deus criador, sempre pela saúde, fé, perseverança e inteligência que tem me concedido. A minha especial Mãe, a quem honro pelo esforço com o qual manteve sete filhos na escola pública, permitindo-lhes condições de galgar êxito na sociedade letrada e uma vida digna. A Maria, minha esposa fiel e amor verdadeiro. A meus irmãos e familiares por estarem comigo em todos os meus momentos família. A muitos amigos, em especial Carlinhos Oliveira. Sem vocês meu sucesso não tem sentido!!!

Dedico este trabalho aos meus pais Jose Ernaldo e
Rosemary Campos e ao meu irmão Vinicius
Campos, os quais estiveram sempre ao meu lado!!!!
Amo demais vocês.

Aos meus pais Angela e José Valter, a minha irmã Kallyne e a todos familiares e amigos pelo apoio concedido incondicionalmente. Vocês fazem parte da minha história!

AGRADECIMENTOS

Muitos são os meus agradecimentos, mas quero agradecer especialmente aos seres humanos importantíssimos em minha vida:

A DEUS, meu criador, pelo presente da vida concedido a mim e por ter me proporcionado muita saúde, esperança, perseverança, fé e inteligência para discernir entre o certo e o errado na imensurável busca por dias felizes e de amor...

À Maria José dos Santos, carinhosamente dona Caçula, minha honrosa Mãe, mulher de fibra que dedica sua vida inteira para seus sete filhos e família, conduzindo-lhes sempre para o caminho da verdade, companheirismo e compromisso frente aos seus atos.

À Maria, minha esposa, meu amor, minha amiga verdadeira capaz de compreender meus pensamentos... Mulher especial que muito tem dividido comigo momentos ímpares de nossas vidas. Companheira imensurável que tem a capacidade de transformar o que se pode parecer complexo em grandiosos momentos de imensas felicidades!!! Amo-te incondicionalmente!!!

A toda minha família... Meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado compartilhando de tudo que a vida tem nos oferecido. As nossas vidas fazem a nossa história...

Aos familiares especiais... Meus parentes maternos e paternos... Minha sogra Dona Jacira por fazer de sua casa a minha casa... Minha cunhada Márcia pelo companheirismo e a grande alegria de dar a luz a minha afilhada Mirelly, a quem dedico meu amor e atenção para sua felicidade. Obrigado por suas existências!!!

A todos os professores e professoras que muito contribuíram para a minha formação, como também aos professores, mestres e doutores do mundo acadêmico pela sabedoria e dedicação com a qual me passou conhecimentos e orientações junto a todas as maravilhosas aulas e supervisão do meu Estágio, levando em consideração os problemas que fazem parte do contexto de seus alunos, sendo sensível às diversas situações entres que lhes foram apresentadas.

À minha turma do Curso de Serviço Social onde quero registrar, o quanto foi gratificante e produtiva a experiência de estudar e conviver numa sala onde 99,97% da turma, ser conchegada por mulheres. Saibam meninas que aprendi muito neste tempo com as reflexões e gestos expressados por cada uma de vocês... Saio fortalecido e inteiramente defensor das mulheres e por toda essa feminilidade aguerrível que presenciei nesta nossa etapa da vida. Sucesso!!!

As colegas de grupo Allecyra, Monise, Taíse, Robertaney, amigas de fé para a vida inteira... Especialmente as colegas do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, a amiga Glasi, loira inteligente, alegre, verdadeira e companheira, onde guardo um espaço amigo no meu coração... Além de Karla Marcelina, verdadeira amiga, inteligentíssima, um ser humano sem adjetivos que possam ser capazes de traduzir o quanto você é importante e o quanto te admiro. Seu companheirismo, sua compreensão sua amizade é algo que guardarei para sempre no meu coração!!!

À família Oliveira, especialmente a Carlinhos Oliveira, um amigo irmão que tem convivido comigo e com minha família importantes momentos de felicidades... Saiba que não existem palavras para traduzir minha gratidão!!!

“Aprendi no decorrer de minha existência que sonhos utópicos não fazem parte de minha vida, mas sim sonhos distantes que com muita tenacidade os realizarei sempre...

Antônio dos Santos Souza

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento tão aguardado, três anos e meio “difíceis” se passaram, os quais seriam impossíveis se não pudesse contar com o apoio e força transmitida por todos que fizeram parte dessa jornada, que apesar do sentimento de término , é apenas uma passagem para uma fase ainda mais complicada, a qual tenham certeza que enfrentarei com a mesma força e determinação, pois só a certeza de que posso contar com todos vocês já torna tudo mais fácil.

A princípio gostaria de agradecer a **DEUS**, o senhor todo poderoso, o qual esteve comigo durante toda essa caminhada, derramando sobre mim suas bênçãos, força e coragem, as quais me fizeram trilhar esse caminho repleto de sucesso.

Dedico essa vitória aos meus PAIS (**ROSEMARY CAMPOS SANTOS E JOSÉ ERNALDO DOS SANTOS**) fonte de puro amor e compreensão, por todas as renúncias em prol da minha felicidade e realização, restringindo os meus agradecimentos a minha Mãe, que além de mãe é minha grande AMIGA, mulher guerreira e cheia de virtudes e que a cada dia tenho mais orgulho de tê-la como mãe. Obrigada por me fazerem existir e sempre estarem me orientado e incentivando a prosseguir, amo vocês incondicionalmente.

Ao meu irmão Vinicius por sempre estar ao meu lado, você é muito especial e faz parte dessa vitória, mesmo com nossas pequenas briguinhas (rsrsrsrsrs) saiba que Te Amo! As minhas pequeninas Larissa e Layssa, que dinda tanto ama, valeu pelos momentos de alegria compartilhado com vocês, Guesinha ama as duas!!!

Ao meu namorado Júnior por está comigo, sempre apoiando minhas decisões e aturando as minhas indecisões..rsrsrrs, que são muitas, Te Amo muito !!! Obrigada também

por todo carinho nos momentos estressantes em meio aos trabalhos e provas da Universidade. Como também aos seus pais Zé Carlos e Mu, por todas as vezes que me acolheram em sua casa, muito obrigada!!!

Com muito carinho agradeço aos meus queridos amigos por tudo que passamos durante esses anos, muitas risadas, aventuras, alegrias e tristezas, mas sempre com toda união e companheirismo; cada um com uma característica única e inigualável, a qual levarei sempre comigo. Valeu Taise, Monize, Allecy, Robertaney, Karla e Antônio, pelos trabalhos que fizemos e discutimos, pelas festinhas, pelas conversas antes, durante e depois das aulas..rsrsrsr... Tudo com vocês se torna incrível!!!!!! Que a nossa amizade seja além da Universidade, e o nosso sucesso chegue além do infinito!!!! Adoro muito vocês!!!!!!

Karla Marcelina, a você agradeço a princípio pela amizade sincera construída desde o segundo período, não posso deixar de agradecer as nossas festas... rsrsrsrs... As quais não foram poucas, amigas além da universidade. Como também das vezes que fiquei na sua casa como se fosse um membro da família, sempre recebida com muito carinho por todos!! E no final da nossa jornada não poderia ser diferente tínhamos que estar juntas mais uma vez, na construção desse Trabalho, o qual não seria o mesmo sem a sua contribuição. Obrigada amiga por todos os momentos, te adoro muito!!!!

Antônio dos Santos, a você agradeço pelo seu jeito dinâmico, sua amizade diária e sincera, uma pessoa com muitas qualidades, dentre elas a de ajudar a todos, mas a nossa caminhada durante os anos de universitários nos proporcionou uma relação de confiança e respeito a qual não se restringirá somente aos anos passados, mas também se multiplicará durante nosso fazer profissional. Espero que todos esses momentos fiquem guardados como boas recordações e que possamos a cada dia renovar a nossa amizade; agradeço a você como também a sua esposa Maria pelo carinho e atenção!!!! Te adoro muito!!!!

Enfim ao grupo, valeu por todos os dias que sentamos para produzir o TCC, ate aqueles em que os três não sabiam mais para onde ir, afinal fazer um TCC não é fácil!!! Mas com força, determinação e coragem chegamos ao final e a alegria é inabalável!!!

A nossa orientadora Sandra Regina, uma professora brilhante, dedicada e compromissada a qual, contribui de forma direta com a nossa produção e sempre esteve à disposição das nossas dúvidas e aflições. A sua participação nesse trabalho, só fez aumentar a admiração que já existia com relação ao seu posicionamento ético profissional como docente. Obrigada por fazer parte desse momento!!!!

Meus agradecimentos também àqueles que direta ou indiretamente participaram da concretização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Nesses três anos e meio vividos na Universidade Tiradentes aprendi a valorizar cada instante vivido, os momentos de estudo, de debates, de discussões, das amizades conquistadas, das madrugadas em claro, das fraquezas enfrentadas e principalmente das vitórias alcançadas. Momentos indispensáveis e inesquecíveis, que transformaram minha vida intensamente.

Por esse motivo, eis chegado o momento de agradecer as ilustríssimas pessoas que contribuíram para a concretização desse sonho.

Não poderia ser diferente, autor da vida e tudo que existe, a fonte de fortaleza e de incentivo pra seguir em frente não cair e não desistir, é o primeiro agradecimento que deve ser feito, **Obrigada meu Deus!!** Sem teu apoio e tua infinita bondade de me guiar por caminhos seguros e estender tua mão nos momentos que fraquejei, jamais teria alcançado o meu maior objetivo ao ingressar na Universidade. Meu muito Obrigada!!

Aos meus pais **Angela Maria Luiz de Jesus** e **José Valter Brásida** pelo amor e incentivo concedido sempre. Caramba!! Nem acredito que conseguir, faço então questão de restringir meus especiais agradecimentos a mainha, por sua luta em me proporcionar sempre os melhores estudos, almejando não só meu crescimento profissional, mas também pessoal, me tornando capaz de lutar pela realização de um sonho. **Amo Vocês eternamente!**

As minhas irmãs, Kelly e Sheylla e especialmente a **Kallyne**, a irmã que conviveu comigo esse processo todo de aprendizado e por vezes presenciou meus estresses diários, a qual peço desculpas e agradeço o amor incondicional, Te amo xatinha!! Não poderia jamais

esquecer de agradecer a minha priminha (3 aninhos) **Helloya Helena**, minha boleka, pela alegria contagiante e pelos momentos de descontração. **VOCÊS** são a razão do meu Viver!

A minha família por todo apoio, carinho e amor, me incentivando e induzindo sempre a seguir em frente e não desistir jamais. Em especial as duas pessoas que irão representar todos os familiares, meu avô Manezinho e minha Avó Andreлина. Obrigada por tudo!! Amo Vocês!!

E agora, a vocês meus amigos de fé, meus irmãos camaradas, em especial a Jussily, Paula, Mayra, Eliana, Claudinha, Silviane, Maíra Dantas, Pericles, Tony, Deise, Adones, aos primos Daniel, Claudio, Bela, Douglas, Luann, Natália, Rhuan e demais amigos que não caberiam aqui, sintam-se representados por estes, o meu Muito Obrigada, pela paciência, neh?!! E pelo carinho e confiança ofertados. **Sem Vocês a vida não seria festa!!**

Agradeço também as pessoas que estiveram comigo em todo esse processo de construção da formação acadêmica, as quais vou me referir usando o termo “estão em off”. Muito Obrigada, esses quase quatro anos foram bem mais vividos com vocês ao meu lado, cada um de um jeitinho diferente.

Aos meus amigos da Universidade, em especial as “Bonitas” Glasi, Taíse, Allecy, Monize, Robertaney e ao “Bonito” Antonio, pela eterna amizade construída e fortalecida ao longo de todo o curso. Eis chegada a hora da despedida, mas tenho certeza que o que foi vivido entre nós, jamais será esquecido e apagado de nossas lembranças, até porque foram muitos momentos de perfeita harmonia e desordem total, rrsr, choros, risos, gargalhadas, brincadeiras, palhaçadas e **amizade ETERNA**. Amo Vocês e muito Obrigada por me aturarem e pela compreensão de sempre!

A eles: Glasimary e Antonio, minha equipe do TCC, o trio quase perfeito, tirando os enjões de Antonio e as exigências de Glasi..rrsr.. Estou brincando! Melhor assim, o trio em perfeita harmonia. Muito Obrigada pelos constantes e intensos momentos vividos. Pelas

ligações diárias e quase toda hora, por encherem minha caixa do email com textos sobre o TCC, pela paciência, calma, carinho, amor e exibição de alegria sempre, **Muito Obrigada!!**

Agora separadamente não poderia jamais deixar de agradecer em ordem alfabética, tah?! A você **Antônio dos Santos Souza**, pela entrega constante de carinho e respeito ofertado. Vivi com você muitos momentos alegres e episódios não tão felizes assim, mas a maior prova do carinho que sinto por você, está agora representada na Amizade Fraterna resistente a todos os julgamentos. Você se tornou não só um amigo, mas também um pai e um irmão mais velho que eu não tenho. Muito Obrigada pela proteção, pela sua infinita bondade e pela paciência sempre e sempre. Ah!! Desculpa também pelos estresses que descontei em você inúmeras vezes, ao telefone e até mesmo pessoalmente. Se bem que acho que já fui perdoada.rsrs.. Obrigada meu Amigo.

Glasmery, minha amiga-irmã, lembra?! Kkk. Nossa amizade construída já no segundo período nos levou ao gran finale, a elaboração do TCC. Muito Obrigada pela confiança, pelas palavras de apoio, pelos momentos de descontração dentro e fora da Universidade, as fotos que o digam. Pela parceria firmada nos trabalhos, nas festas, nas confidências, nos almoços de família, neh?! Nas viagens, nos passeios. Caramba! Em incontáveis momentos de extrema felicidade, alguns como tudo na vida, de choros também, mas nada comparado às alegrias vividas intensamente. Obrigada por tudo!! Por toda força e por todo amor! Amo você galega xata!!

Foi muito Bom dividir a construção do TCC com vocês!

A todos os mestres, em especial a nossa Orientadora Sandra Regina, pela competência profissional e orientações cedidas para qualificar o nosso trabalho de conclusão de curso. Obrigada professora, pela compreensão e por todo o incentivo. Sua participação foi indispensável para a nossa formação acadêmica.

Assim, encerro meus agradecimentos citando Fernando Pessoa “O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem.” Enfim, Assistente Social com muito orgulho! Obrigada a todos que contribuíram para o reinício de uma nova história.

Karla Marcelina de Jesus Brasida

Quando amamos e acreditamos do fundo de nossa alma, em algo, nos sentimos mais fortes que o mundo, e somos tomados de uma serenidade que vem da certeza de que nada poderá vencer a nossa fé. Esta força estranha faz com que sempre tomemos a decisão certa, na hora exata e, quando atingimos nossos objetivos ficamos surpresos com nossa própria capacidade.

Paulo Coelho

RESUMO

O desígnio deste trabalho é a apresentação de um estudo sobre a Política da Assistência Social frente aos Programas de Geração de Emprego e Transferência de Renda no Centro de Referência de Assistência Social no município de Propriá, nos anos de 2010 e 2011, tendo em vista à necessidade de discorrer sobre as políticas públicas e sociais implantadas no CRAS, na perspectiva de analisar os desafios enfrentados pela a Assistência Social, no tocante aos programas mencionados anteriormente. O tema discutido tem como objetivo discorrer a cerca das políticas sociais intersetoriais direcionadas ao desemprego, como fator indispensável para amenização da vulnerabilidade social, por meio da inclusão de usuários em programas de geração de emprego e transferência de renda, tendo como foco, o Programa Bolsa Família. A pesquisa teve como metodologia o levantamento de dados secundários, desenvolvendo pesquisas bibliográficas e documentais, com uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando-se assim, de uma estatística descritiva que objetivou apenas a descrição real de dados. Quanto aos autores, citam-se Pereira, Silva e Simões, como estes sendo a base fundamental do estudo. Diante da elaboração deste trabalho de conclusão de curso foi possível analisar o contexto das políticas sociais intersetorializadas no município de Propriá-SE, constatando à necessidade de implantações de serviços e ações que intensifiquem o potencial e a inserção dos cidadãos proprienses, frente aos programas de geração de emprego e renda executados pelo município.

PALAVRAS- CHAVES: Assistência Social; Desemprego; Programas sociais.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present a study on the policy front to the Social Assistance Programs Employment Generation and Transfer of Income in the Reference Center for Social Welfare in the county of Propria, in the years 2010 and 2011, with a view to need to discuss the social and public policies implemented in CRAS, a view to considering the challenges faced by the Social Assistance, with respect to the programs mentioned above. The topic discussed aims to discuss about social policies directed intersectoral unemployment, as indispensable for alleviating social vulnerability, through the inclusion of user programs to generate employment and income transfer, focusing on the Scholarship Program family. The research methodology was a survey of secondary data, developing bibliographic and documentary, with a quantitative and qualitative approach, using so descriptive statistics aimed to only real description of data. As for the authors, it cites Pereira Silva and Simões, as these are the fundamental basis of the study. Before the preparation of this work of completion was possible to analyze the context of social policies in the county of Propria intersetorializadas-SE, noting the need for deployment of services and actions that enhance the potential and the integration of citizens propriaenses, compared to generation programs employment and income performed by the municipality.

KEYWORDS: Social Welfare, Unemployment, social programs.

SIGLAS E ABREVIACOES

AL- Alagoas

BPC- Benefício de Prestação Continuada

BV- Benefício Variável

BVCE- Benefício Variável de Caráter extraordinário

BVJ- Benefício Variável Jovem

CADUNICO- Cadastro Único

CF- Constituição Federal

CIB- Comissão Intergestores Bipartite

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializada de Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FIES- Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

FNAS- Fundo Nacional de Assistência Social

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IGD- Índice de Gestão Descentralizada

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB- Norma Operacional Básica

Paif- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PASEP- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBF- Programa Bolsa Família

PBP – Programa Bolsa Propriá

PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil

PGRM- Programa de Garantia de Renda Mínima

PIS- Programa de Integração Social

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

RMV- Renda Mensal Vitalícia

SE- Sergipe

SEBRAI-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SFVC- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMTT- Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIALIZADAS COM OS PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	27
2.1 Políticas Públicas no Brasil.....	28
2.2 Política Setorial da Assistência Social.....	32
2.2.1 O Programa Bolsa Família: Suas Características Peculiares.....	41
2.3 A Intersetorialização da Política da Assistência Social com a Política de Geração de Emprego e Transferência de Renda.....	46
3 A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ.....	51
3.1 Contexto Histórico do Município de Propriá.....	52
3.2 O Programa Bolsa Família no CRAS “Dom José Brandão De Castro”, Município de Propriá-SE nos anos de 2010 e 2011.....	57
4. CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS.....	76

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado como “Um Estudo sobre a Política de Assistência Social frente aos Programas de Geração de Emprego e Transferência de Renda no CRAS “Dom José Brandão de Castro”, município de Propriá-SE, nos anos de 2010 e 2011” tem por finalidade discorrer acerca das políticas públicas e sociais desenvolvidas no CRAS, com foco na da Assistência Social, analisando os desafios da mesma frente aos programas intersectorializados de geração de emprego e transferência de renda nos anos supracitados.

A pesquisa que teve como foco investigativo o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS “Dom José Brandão de Castro”, que disponibilizou de dados secundários para a verificação das políticas sociais intersectorializadas de geração de emprego e transferência de renda desenvolvidas pelo CRAS, assim como dados do Cadastro Único para a identificação do Programa Bolsa Família como política de geração de emprego e transferência de renda nos anos de 2010 e 2011.

Sendo assim, a pesquisa surgiu em meio aos questionamentos do papel do Assistente Social na amenização do desemprego, expressão da questão social, na perspectiva de compreender as contradições do mundo atual e pontuar as ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais na inclusão de usuários em políticas sociais intersectorializadas voltadas ao combate do desemprego, como fator inerente para amenização da vulnerabilidade social.

Para tanto, se fez necessário entender as relações que envolvem a realidade do profissional de Serviço Social e a sua contribuição junto ao fazer profissional, estas que podem ser desempenhadas através do exercício de suas atividades no campo de atuação, como sendo subsídios complementares em contribuição frente às expressões da questão social que

geram um alto índice de desempregados na atualidade, e por consequência, o surgimento de muitas das mazelas sociais que possibilitam as desigualdades sociais.

Nesse sentido, procurar-se compreender a importância do Serviço Social como sendo parte de um processo de organização social evidenciando-se assim, a trajetória da Assistência Social no Brasil e sua conjuntura, em que Ortiz (2010, p.13) afirma que “uma determinada profissão ao longo de sua trajetória sócio-histórica não é algo abstrato, não está descolada da realidade; ao contrário, constitui-se de um conjunto de determinados traços e características [...]”

Partindo desse pressuposto, percebe-se que nos dias atuais a transformação da Política da Assistência Social, como esta sendo a responsável por desenvolver ações que intensifiquem o potencial socioeconômico dos usuários junto às relações que são provindas das necessidades particulares dos mesmos, como também das demandas evidenciadas frente às necessidades sociais apresentadas por cada público a estas referendadas, almejando sempre uma articulação das políticas públicas e sociais com diversificadas redes, que beneficiem à família.

O desenvolvimento desta pesquisa possui sua relevância justificada pela realidade vivenciada no fazer profissional dos Assistentes Sociais, mediante a efetivação dos programas voltados à geração de emprego e transferência de renda, com ênfase no Programa Bolsa Família, almejando a inclusão dos usuários no mercado de trabalho. Ressalta-se ainda a importância do estudo como o impulsionador de alternativas inovadoras para identificar e compreender as causas e consequência de todo o processo de implantação de políticas públicas e sociais intersectorializadas que proporcionem uma qualificação profissional do sujeito social, assim como estimule a práxis dos Assistentes Sociais no intuito de superação da vulnerabilidade social e do trato da questão social.

Como procedimentos metodológicos foram necessários à realização de pesquisas bibliográfica e documental, entendendo que a pesquisa bibliográfica permitiu um estudo aprofundado sobre o tema, além de dados fundamentais para a veracidade dos fatos, tendo

por sua vez um maior aprofundamento da comprovação e da confirmação dos dados levantados por meio da pesquisa documental.

A pesquisa foi direcionada pela abordagem quanti-qualitativa, por estas permitirem um estudo da realidade voltando-se para uma análise objetiva e ao mesmo tempo subjetiva dos fatos, visto que a construção da pesquisa exigiu dados estatísticos como também subsídios teóricos e práticos para compreensão da temática abordada (TERENCE E FILHO, 2006) Para tanto, utilizou-se estatística descritiva para análise dos dados quantitativos.

Quanto ao método escolhido configura-se o dialético, por este fundamentar-se em teorias que diversificam a realidade em um processo histórico, além de permitir conhecer a realidade a partir das transformações do mundo atual. Para MARX difusor do método dialético

[...] o conhecimento resulta de construção efetuada pelo pensamento e suas operações; e consiste em uma “representação” mental do concreto (isto é, da parcela da realidade exterior ao pensamento conhecedor, e por ele considerada), representação esta, “elaborada a partir da percepção e intuição” (JUNIOR, 2001, p 9).

Tendo como base o método dialético, na perspectiva de evidenciar a realidade pesquisada, a análise dos dados fez referência para a análise de conteúdo, tendo como critério compreender a atuação dos Assistentes Sociais frente ao desemprego e suas consequências dentro da realidade social no município de Propriá, sendo possível organizar e sumariar os dados para obtenção dos resultados.

A análise do conteúdo permitiu assim, um estudo de todo material utilizado para a elaboração da pesquisa, assim como a real situação em que se encontra a população ativa no Programa Bolsa Família do Governo Federal, na busca da inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional, ofertada nas políticas sociais desenvolvidas intersetorializadamente no CRAS.

Tratando-se dos sujeitos da pesquisa, foram utilizados as Políticas e Programas intersectorializados de Geração de Emprego e Transferência de Renda no CRAS “Dom José Brandão de Castro” do município de Propriá em 2010 e 2011, com destaque para o Programa Bolsa Família, por este ser o programa de maior repercussão nacional e difusor da transferência de renda para as famílias brasileiras que se encontrem em situação de risco e vulnerabilidade social.

O Trabalho de Conclusão de Curso vem assim estruturado em quatro capítulos, com subtemas, que discorrem a cerca das Políticas Públicas com foco na Política da Assistência Social, além da intersectorialidade existente nas políticas de Geração de Emprego e Transferência de Renda, especificadamente do Programa Bolsa Família, no Brasil e no município de Propriá-SE.

O primeiro capítulo expõe a metodologia utilizada, para elaboração da pesquisa, assim como a justificativa da escolha do tema, os objetivos, e a relevância para o Serviço Social, apresentado também a estrutura da pesquisa.

O segundo capítulo refere-se à dissolução das políticas públicas no Brasil, observando a significância da introdução de ações que busquem na prática soluções que enfrentem a questão social que se evidencia o desemprego, como também atendam às necessidades básicas da classe subalternizada.

O terceiro capítulo aborda o Programa Bolsa Família como Política de Geração de Emprego e Transferência de Renda, no CRAS “Dom José Brandão de Castro” no município de Propriá nos anos de 2010 e 2011, contextualizando o histórico do município e a contribuição que o mesmo oferta a população que se encontra em vulnerabilidade social.

O último capítulo da pesquisa discorre a cerca de uma análise crítica de todo conteúdo pesquisado, entendendo que esta seja uma pesquisa de cunho descritivo, a análise do texto permitiu uma contida reflexão tendo sido aprofundada no presente capítulo.

Em vista dos argumentos apresentados, a pesquisa permitiu uma observação e uma análise dos desafios do Serviço Social, diante dos programas de Geração de Emprego e Transferência Social, no CRAS “Dom José Brandão de Castro”, contribuindo assim, para o reconhecimento da Política da Assistência Social, como está sendo a responsável por desenvolver ações que elevem a categoria da profissão do Serviço Social, como também, proporcionar ao usuário sua inserção no mercado de trabalho formal e ou informal, ocasionando sua autonomização e conseqüentemente sua emancipação socioeconômica.

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIALIZADAS COM OS PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Para atender os desafios frente aos Programas de Geração de Emprego e Transferência de renda, faz-se necessário abordar um contexto das políticas públicas e sociais que possibilitem elucidar e evidenciar fatores que demonstrem a possível articulação existente entre as políticas de Assistência Social com as demais já mencionadas. Com foco no dado exposto, ratifica-se a significância de comprovar a eficácia dessas políticas frente aos programas sociais desenvolvidos como forma de respostas as demandas sociais.

O complexo conjunto de fatores referidos apresentam definições e medidas que direcionam as políticas públicas intersetorializadas como agente indispensável para construção e promoção da cidadania, a citar Sposati que define “a intersetorialidade não só como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas” (SPOSATI, 2006, p. 140 apud NASCIMENTO, 2010).

Nessa perspectiva o que se observa é a inserção de Políticas públicas em diversas áreas, como esta sendo uma política voltada para alterar as relações sociais estabelecidas, junto às instituições estatais (DERANI, 2002:239 apud OLIVEIRA, 2008).

Tendo em vista os aspectos mencionados o capítulo discorrerá acerca das políticas públicas no Brasil, tendo como foco principal a Política da Assistência Social, voltadas principalmente para o programa Bolsa Família, cuja articulação acontece de forma intersetorializada com demais secretarias municipais, no intuito de promover políticas sociais que possibilitem a geração de emprego e transferência de renda para seus beneficiários, como também a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Carvalho, Fernandes e Monteiro (2009) discorrem que em decorrência dos Programas de Transferência de renda, dando ênfase ao Programa Bolsa Família, é perceptível que sua intervenção não está pautada apenas no alívio imediato à pobreza, mas como também uma política que possa garantir o acesso aos direitos básicos, este sendo de caráter universal, permitindo assim, o empoderamento do indivíduo na sociedade.

Em vista dos argumentos apresentados, entende-se que a intersetorialidade existente entre as políticas públicas e as políticas sociais são indispensáveis para construção de ações que promovam o bem-estar da sociedade, por meio da oferta de direitos sociais e econômicos aos cidadãos.

2.1 Políticas Públicas no Brasil

As Políticas Públicas no Brasil se caracterizam como um conjunto de medidas organizadas pela ação governamental, fundamentada pela distribuição de produção e consumo de bens, a qual nas últimas décadas vem sofrendo mudanças significativas, principalmente após a estabilidade econômica repercutida no país. Sendo assim, Oliveira (2008) discorre que tais políticas são oriundas “das relações de força de uma sociedade que, em embates constantes, formará o conjunto de decisões tomadas no interior do Estado [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 105).

Inegavelmente, a política pública pode ser um poderoso instrumento para construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Daí a importância de se fortalecer o debate acerca das políticas emancipatórias, aquelas em que, após a alocação de recursos materiais, humanos e técnicos, a população envolvida consiga ampliar sua autonomia e prover as condições para autossustentação econômica e autogestão (CATANNI E FERRARINI 2010, p. 165).

Entende-se assim, que as políticas públicas quando aplicadas junto às políticas sociais direcionadas as demandas específicas da sociedade, tendem a viabilizar não apenas a ascensão econômica do indivíduo, como também favorecer a sua progressão profissional, que o tornará emancipado socialmente.

Partindo desses pressupostos, definimos duas estratégias que caracterizam o surgimento das políticas sociais, como estas sendo baseadas no modelo assistencial que amenizam os problemas ocasionados pela fragmentação das políticas públicas (SPOSATI, 2010).

No contexto geral, as políticas públicas no Brasil sofreram transformações decorrentes das alterações de governo e de fatores econômicos, sendo essas por sua vez, dependentes de decisões relativas à Constituição Federal de 1988. Melo (2009) afirma que as políticas públicas são formuladas em um caráter estrutural e compreensivo ou incremental e setorial, voltado para o atendimento das necessidades básicas.

Entende-se assim, a necessidade de implantação de programas no setor público e no setor privado como forma de melhorar o atendimento a sociedade, como também a formulação de diversificadas formas de modalidades de prestação de serviços, que estimule a sua efetividade, eficácia e eficiência diante das ações fornecidas ao público em geral (ARETCHE, 2009).

As políticas públicas são, portanto ações públicas, formuladas pelo Estado juntamente com a sociedade, constituindo um comprometimento de ambos nas decisões e na reprodução de atos governamentais, afirma-se assim, que as políticas públicas visam à concretização de direitos sociais com base em ações formuladas e executadas com vista no atendimento das demandas (PEREIRA, 2009).

Nessa perspectiva o Governo busca formular políticas públicas segmentadas e conforme as reivindicações apresentadas pelas representatividades de classes, como também

da sociedade civil organizada para atender as solicitações das mazelas sociais, e assim atingir o bem-estar da sociedade.

(...) Política pública também está relacionada a conflitos de interesses e é resultante de decisões que visam a administrar esses conflitos. Além disso, política pública não significa só ação. Pode ser também não-ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência (PEREIRA, 2009, p.97).

Desse modo é perceptível a divergência existente entre poderes públicos e representações, visto que as linhas de ações são consideradas por alguns grupos como favoráveis e para outros prejudiciais, ocasionando conseqüentemente, conflitos políticos que desestabilizam, mesmo que temporariamente, as decisões emergenciais da administração pública.

Ressalta-se assim, que as inviabilizações ocasionadas por estas divergências, não são empecilhos para impedir a efetivação das políticas sociais, pois as mesmas intensificam o processo democrático, além de sugerir a administração, formas de intervenção planejada e aplicada que servem de subsídios para a adaptabilidade da sociedade civil. Assim, Sposati afirma que:

As classes subalternizadas, lutando por sua sobrevivência, organizam-se e apelam para o atendimento dos seus direitos sociais, como trabalho, remuneração, alimentação, saúde, moradia, educação. Este movimento envolve processos de esclarecimento, arregimentação, debate e mobilização, que supõem a liberdade e a resistência à opressão (SPOSATI et al, 2010, p.37).

Diante da conjectura apresentada, cabe ressaltar que as mudanças significativas frente o surgimento de novas políticas públicas e a efetivação de suas políticas sociais, expostas a uma sociedade mais recente, tem demonstrado avanços significativos junto aos atendimentos dissolutivos aos problemas sociais em diversos segmentos, e estes conseqüentemente como respostas a muitas reivindicações da sociedade.

Nesse contexto, as políticas públicas devem apresentar efeitos positivos, com base em sua agenda política que focaliza os problemas, assim como a política propriamente dita e seus participantes (SOUZA, 2006).

Em decorrência do fato mencionado, as políticas públicas tem como foco um caráter participativo, que inserem grupos sociais, em espaços que permitam o acompanhamento dessas políticas e o envolvimento nas decisões da administração pública, demonstrando assim, avanços significativos, mediante a contestação desses grupos participativos.

A sociabilidade opera como uma espécie de metabolismo que delimita e define as condições de possibilidade quanto ao modo de ser da individualidade, evidenciando sua particularidade, enquanto existência concreta. Essa afirmação a falsa interpretação de que os indivíduos estariam subordinados externas a eles, como se não fossem responsáveis por seus valores, suas escolhas e decisões (BOSCHETTI, 2009, p. 74).

Frente ao pressuposto mencionado anteriormente, cabe ressaltar a importância individual e/ou coletivamente, como cidadão, na participação da criação e planejamento das políticas públicas, além do direcionamento destas às políticas sociais, como soluções das demandas evidenciadas no cenário nacional.

Nessa perspectiva (PEREIRA, 2009) define duas principais funções da política pública, sendo estas, “concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporado nas leis; alocar e distribuir bens comuns” , ressalta-se assim a significância do caráter universal do bens públicos, sugerindo a implantação de políticas sociais que intensifiquem a construção da cidadania.

Portanto, o complexo conjunto de fatores referidos, evidencia a necessidade da implantação de políticas públicas anexadas às políticas sociais, junto à sociedade civil, inserindo-a no planejamento de metas e iniciativas que transformem a realidade local, como

forma de enfrentamento dos distúrbios sociais, diante das modificações ocasionadas pelas diversificadas gestões públicas.

2.2 Política Setorial da Assistência Social

A Assistência Social tem sua origem histórica baseada na caridade e na filantropia, aponta Estevão (2006). Nessa perspectiva define-se a Assistência Social como uma política pública não contributiva, que com o passar dos anos adquiriu sua efetividade por meio de diversas lutas e movimentos que almejavam uma transformação da profissão do serviço social e conseqüentemente à ruptura com o conservadorismo, se atrelando a uma concepção crítica e interventiva.

Em 1988 com a Constituição Federal, a Assistência Social configura-se como política pública integrando o tripé da Seguridade Social junto às políticas de saúde e previdência, sendo reconhecida por meio de sua responsabilidade normativa frente às necessidades sociais, com base no art.194, CF, cujo contexto discorre acerca da Seguridade Social.

Na Constituição Federal de 1988, em seu art.203 enfatiza sobre a finalidade da Assistência Social, voltada para atividades que promovam a garantia de direitos sociais previsto nessa lei, e efetivação do Estado Democrático de Direito que possibilita a inclusão social e a participação dos cidadãos que não teriam outra forma de garantir seus direitos sociais assegurados, a citar o direito a educação, saúde, moradia, lazer, entre outros deles decorrentes. Observando os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, em que tratam da Política de Assistência, cita-se no Art.203:

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I– Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação a execução dos respectivos programas das esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 130).

Após a Constituição Federal, a Política de Assistência Social passou a fazer parte da sociedade, sendo esta pública não contributiva promovendo bem-estar e proteção social as famílias, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, enfim, a todos que dela necessitarem.

Muitas políticas diversificadas passaram a surgir, complementando o que estava sendo estabelecida pela CF 88, essas políticas têm como foco atender as variadas demandas sociais, que se diferenciam por apresentarem segmentos sociais que necessitam de políticas específicas e eficazes (PEREIRA, 2008).

Ainda como avanço no desenvolvimento da Assistência, em 07 de dezembro 1993 foi incluída a promulgação de mais uma lei denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8742, cuja esta estabelece normas e critérios para organização da assistência social.

Segundo a lei em seu artigo 4º a LOAS é composta de Princípios, Diretrizes, Organização e Gestão, assim como os Benefícios, os Serviços, Programas e Projetos de

Assistência Social, garantindo os mínimos sociais e o atendimento às necessidades básicas da população além da universalização dos direitos sociais e a igualdade no acesso aos serviços.

Com a regulamentação da lei, as Conferências de Assistência Social realizadas anteriormente, passaram a inovar e propor modificações no cenário nacional, por meio de aperfeiçoamento de diretrizes e capacidade de avaliação da Assistência Social, com base em Simões, 2010.

As Conferências Nacionais de Assistência Social foram realizadas nos anos de 1995, 1997, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, tendo como proposta ampliar o processo de debate, avaliação e proposições desencadeadas pelas Conferências Municipais e Estaduais.

Em meio as Conferências Nacionais de Assistência Social, no ano de 1994, a Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS, institui o Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS como órgão superior de deliberação colegiada, sendo composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, art. 17º da LOAS.

Com base nas competências do Conselho Nacional de Assistência Social estabelecidas pelo art. 18º da LOAS aprova a Política Nacional de Assistência Social, juntamente com a efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social, aprovação da proposta orçamentária da Assistência Social e divulgação no Diário Oficial da União de todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (Simões, 2009).

A fim de efetivar as propostas da I Conferência Nacional de Assistência Social, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, em 1997 criou a Norma Operacional Básica (NOB/97) conceituando um sistema descentralizado e participativo, propondo a criação de uma comissão Tripartite que discutisse a gestão da política pública em diferentes aspectos, efetivando assim o que estava estabelecido em lei.

A NOB/97 instituída pós a Constituição Federal, estabelece uma normativa em que a Assistência Social passou a ter um sistema descentralizado e participativo, no âmbito dos três níveis de governo, regularizando também os Conselhos, os planos e fundos de Assistência Social para atender as exigências estabelecidas na LOAS (SIMÕES, 2009).

Já no ano de 1998 foi instituída a Norma Operacional Básica que ampliou as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e propôs a criação de espaços de pactuação denominados de Comissão Intergestores Tripartite – CIT e Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que passaram a ter caráter deliberativo no âmbito operacional na gestão da política (NOB/SUAS, p. 83).

No ano de 2004 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) cuja esta representa o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003.

A PNAS aprovada pelo CNAS promove, sobretudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos. Cabe por isso, à Assistência Social, segundo essa política, as ações de prevenção, proteção, promoção e inserção [...] (SIMÕES, 2010, p. 309).

Assim, a PNAS incorporando as demandas da sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, determinando modelos de gestão voltados para a universalização dos direitos sociais assim como serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, tendo como base as diretrizes e objetivos da PNAS/2004.

Nesse mesmo contexto surge o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome- MDS criado em 23 de janeiro de 2004, sendo o responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda, tendo como função a fiscalização, coordenação e execução dos programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, aderindo ao mesmo à

implantação do Plano Brasil sem Miséria, no ano de 2011, que tem como foco a superação da situação de extrema pobreza em todo território nacional (MDS, 2012).

O MDS tem como programa central o Programa Bolsa Família (PBF), focado na descentralização e no controle social, com um ponto forte na intersetorialidade, na perspectiva de promover articulação das políticas públicas de cada município, pois como se sabe o PBF apresenta condicionalidades no tocante à política de saúde, educação e assistência, em que para o seu bom desenvolvimento ou sua efetividade essas políticas devem estar trabalhando em consonância, ou melhor, intersetorializadas, segundo dados do site do MDS. Afirma-se ainda, que esse programa é extremamente:

[...] dependente da articulação intersetorial e, portanto, das capacidades institucionais e de diálogo político entre os entes da federação e entre os diferentes setores responsáveis pelo desenvolvimento das políticas sociais. (SENNA et. al. (2007, p. 91) apud MIOTO e SCHÜTZ, 2011).

Nesse sentido é perceptível o desenvolvimento do Programa Bolsa Família como o principal meio de efetivar políticas sociais e públicas, estabelecidas por lei, para conter e amenizar a situação de vulnerabilidade comumente evidenciada no Brasil.

A fim de intensificar a consolidação da PNAS foi implantado no ano de 2005, o Sistema Único de Assistência Social, o qual tinha como funções assistenciais: “a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos sócio assistenciais”, segundo Simões, 2009.

No mesmo ano foi implantada a NOB/SUAS, sendo este o marco inicial do aprimoramento do SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que oferece, segundo dados da (NOB/SUAS p, 84) todos os subsídios para estruturação do desenvolvimento do acordo que foi concretizado entre as três entidades Federais e as instâncias de articulação entre essas esferas que possibilitam a prática e concretização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil.

De acordo com a NOB/SUAS 2005 o Sistema Único de Assistência Social- SUAS apresenta assim como alguns de seus princípios organizativos, a descentralização político

administrativa, a presença de sistema de regulação social das atividades públicas e privadas de Assistência Social, além de um sistema democrático e participativo de gestão e de controle social.

Ressalta-se que após seis anos de implantação do SUAS, o mesmo passou a ser vigorado como lei, complementando a LOAS e conseqüentemente apresentando ações que concretizem a garantia de direitos e o enfrentamento da pobreza.

A lei 12. 435 de 06 de julho de 2011, propõe ao SUAS, um mecanismo de superação da extrema pobreza, em que sua atuação consiste na organização do atendimento e dos serviços ofertados pela rede, sistematizando ao controle social na política da Assistência Social.

Seguindo as regras do Sistema Único de Assistência Social que tem como foco princípios de organização nas garantias dos direitos institui-se assim, duas modalidades de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (Simões, 2009).

Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS (Dados do MDS).

Por se tratar da Proteção Social Básica, o SUAS estabelece em suas diretrizes a composição da equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde prevê a distribuição de acordo com o porte do município, sendo ele pequeno, médio ou grande.

CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas

2 técnicos de nível superior, sendo um profissional Assistente Social e outro preferencialmente Psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais Assistentes Sociais e preferencialmente um Psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais Assistentes Sociais, um Psicólogo e um profissional que compõe o SUAS
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

FONTES: NOB/RH SUAS, pag14

As equipes que devem fazer parte do CRAS devem contar sempre com o trabalho de um coordenador e técnicos de nível superior, onde estes devem possuir um perfil profissional, caracterizado pela aprovação de concurso público, graduação completa, como também experiências com projetos, serviços, trabalhos comunitários e capacidade de executar e administrar programas sociais, além da experiência em trabalho interdisciplinar com a equipe que compõe o SUAS (Orientações Técnicas, 2009).

Dentro do CRAS são desenvolvidos os serviços e ações de proteção básica, entre os quais se destaca o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- Paif, o qual preconiza o fortalecimento de vínculos familiares através da função protetiva e da garantia de direitos de cada família. (MDS, 2012)

Quanto à atuação, o CRAS é a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ofertando a organização e a articulação dos programas envolvidos, por meio de ações de fortalecimento dos vínculos intrafamiliares, de informações, orientações, e encaminhamentos, dessa forma observa-se que o objetivo do CRAS, segundo Simões (2009) é “concretizar direitos socioassistenciais, que previnam situações de risco e vulnerabilidade social”.

Em decorrência dessa atuação, as articulações de redes sócioassistenciais, favorecem as atividades direcionadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, a fim de garantir condições de superação e

desenvolvimento de capacidade que os elevem à condição de sujeito emancipado (SIMÕES, 2009).

Em conexão com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CRAS atende situações de violação de direitos, tais como: exploração sexual, drogas, maus-tratos, situação de rua e trabalho infantil, dividindo-se assim em pólos de referência de média e alta complexidade, conforme afirma Simões (2009). Com base nas diretrizes da NOB-RH/SUAS o CREAS deve ser composto por profissionais de nível superior e nível médio, onde estes dão suporte aos técnicos.

CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
1 Coordenador	1 Coordenador
1 Assistente Social	2 Assistentes Sociais
1 Psicólogo	2 Psicólogos
1 Advogado	1 Advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 Auxiliar administrativo	2 Auxiliares administrativos

FONTE: NOB/RH SUAS, pag14

Por ser um equipamento estatal que visa desenvolver serviços de proteção social de média complexidade, os profissionais inseridos no CREAS, atuam juntos as famílias, ofertando orientações e uma socializações dos indivíduos com os vínculos familiares (SIMÕES, 2009).

O CREAS unidade pública Estatal executa atividades em parceria com o poder judiciário e o Ministério Público, com o intuito de atender as famílias que apresentam adversidades no tocante aos ricos pessoais e sociais. Em consonância com o PBF, o CREAS desenvolve acompanhamento do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil- PETI,

entendendo que os usuários dos mesmos são um dos mais afetados com a violação de direitos em decorrência da exploração do trabalho infantil (MDS, 2012).

Dando suporte aos serviços de proteção social, com destaque os programas direcionados a geração de emprego e transferência de renda, citam-se o Projovem, PETI, Plano Brasil sem miséria e Benefício de Prestação Continuada- BPC, os quais são integrados ao Programa Bolsa Família, com base em dados do MDS.

Silva, Yasbek e Giovanni parte então do princípio que insere ao sistema de Proteção Social a temática da renda mínima/bolsa escola, como este sendo um dos programas de transferência de renda que passa a ser incorporado a partir de 1991, com o projeto de Lei nº 80/1991 instituindo assim o Programa de Garantia de Renda mínima- PGRM (SILVA, YASBEK E GIOVANNI, 2008)

Diante do dado exposto, o MDS aponta o Programa Bolsa Família, criado pelo Governo Federal, como sendo considerado o de maior atendimento em todo território nacional, no tocante a transferência de renda, apresentando uma gestão descentralizada com condicionalidades, ações e programas complementares que visam à superação da vulnerabilidade social, além da garantia de acesso aos direitos sociais.

Assim, entende que os programas desenvolvidos pela Assistência Social, tende a fortalecer as políticas sociais, visando à inclusão e participação ativa de seus usuários, promovendo a cidadania, com base nas necessidades básicas do indivíduo.

Por todos esses aspectos, define-se que os avanços sócio-históricos da Assistência Social, permitem aprimorar e evidenciar ações, programas e serviços de políticas públicas e sociais, que visem garantir os direitos dos cidadãos. Observa-se que com base em teorias de fortalecimento da Assistência Social com diversificadas áreas da sociedade, a articulação existente entre redes, permite uma intersetorialidade das políticas sociais por meio da inserção dos usuários em programas sociais que amenizem situações de vulnerabilidade, assim como

proporcionem aos mesmos desenvolverem habilidades voltadas à autonomia pessoal, como também o fortalecimento de vínculos comunitários.

2.2.1 O Programa Bolsa Família: Suas Características Peculiares

O Programa Bolsa Família criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 é oriundo do Programa Fome Zero, e considerado um programa de transferência de renda com princípios liberais e desenvolvimentistas que atende o indivíduo com a liberdade de gastos e a focalização dos recursos aos que mais necessitar, alargando os círculos dos beneficiários (NASSIF, 2010).

A atuação do Bolsa Família está pautado na estratégia do Programa Fome Zero, em proporcionar seus beneficiários refeições diárias para seu núcleo familiar, possibilitando assim o alívio imediato da fome, além de reforçar os direitos a saúde e educação e da oferta de programas complementares que visem novas oportunidades para ascensão socioeconômica da família.

Ao longo dos anos o programa de transferência de renda, Bolsa Família, obteve uma evolução, que modificou seus padrões iniciais de gerenciamento, frente aos mecanismos de distribuição de renda, assim unificando os quatro programas já existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) em um só programa. Com isso, o que se evidencia é o crescimento do programa Bolsa Família que trouxe uma maior agilidade e transparência dos recursos, como também proporcionou ao usuário a autonomia sobre a renda a ele destinada (MDS, 2010).

Todo esse avanço ganhou êxito a partir da construção do Cadastro Único, o qual possibilita um maior conhecimento do público alvo, como também seu controle e sua fiscalização, dessa forma o Estado passa a intervir na sociedade de acordo com cada especificidade, com base em dados da revista especial do MDS, 2010.

O Cadúnico é um instrumento utilizado pelos programas do governo Federal para a focalização do atendimento aos mínimos sociais, sua operacionalização é efetivada a partir da parceria entre Governo Federal e Caixa Econômica Federal, que por meio de um sistema de cadastro nacional online, permite o reconhecimento do núcleo familiar e sua possível adesão aos programas sociais (MDS, 2012).

Atualmente o Cadúnico, atendendo o Plano Brasil sem miséria, se insere a ações de busca ativa, por meio de uma nova versão do sistema cadastral, com o intuito de reconhecer de forma mais eficiente às famílias pertencentes aos grupos populacionais tradicionais e específicos.

Segundo o MDS, é importante destacar que a inclusão do usuário no CADÚNICO, nem sempre significa a sua inserção nos programas sociais, os quais são observados de acordo com os critérios de cada uma das iniciativas.

Diante das estratégias do Programa do Bolsa Família, encontram-se condicionalidades voltadas para secretaria de Assistência, Saúde e Educação, as quais servem como artifício de garantia do atendimento aos direitos básicos aos mais vulneráveis. Destacam-se como condicionalidades: acompanhamento do cartão de vacina e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos, frequência mínima escolar para criança e adolescente variando de acordo com a idade, entre 75% e 85%, participação nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI, com frequência mínima de 85% da carga horária mensal e atualização cadastral no prazo de dois em dois anos (site do MDS).

A articulação existente entre as secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação permite uma intersetorialidade que garante o acesso a serviços, projetos e programas complementares ao Bolsa Família, tendo como propósito segundo Veras, afirmar que:

O Bolsa Família não é só segurança de renda, mas um incentivo para garantia de direitos. É uma mensagem clara de que crianças tem que frequentar escola e uma série de medidas para garantir isso, uma delas sendo a condicionalidade de saúde. (VERAS, 2010. p. 89)

Em decorrência do fato mencionado é perceptível a preocupação do governo em promover ações para a classe desprovida de conhecimento de direitos estabelecidos por lei, como forma de firmar a participação da sociedade nos serviços públicos.

Quanto ao benefício o MDS estabelece quatro tipos, sendo eles: Benefício básico, variável, variável vinculado ao adolescente (BVJ), variável de caráter extraordinário (BVCE). Cada benefício varia de acordo com a composição da família, além da renda per capita da mesma, cujo valor inferior a R\$ 70 reais é considerado extremamente pobre e superior a R\$ 70 reais e inferior a R\$ 140 reais é considerado pobre, segue abaixo a tabela expositiva.

FAMÍLIAS EXTREMAMENTE POBRES				FAMÍLIAS POBRES			
Nº de pessoas de até 15 anos	Nº de pessoas de 16 e de 17 anos	TIPO	VALOR	Nº de pessoas de até 15 anos	Nº de pessoas de 16 e de 17 anos	TIPO	VALOR
0	0	BB	R\$ 70	0	0	Não recebe benefício básico	—
1	0	BB + 1 BV	R\$ 102	1	0	1 BV	R\$ 32
2	0	BB+ 2 BV	R\$ 134	2	0	2BV	R\$ 64
3	0	BB+ 3 BV	R\$ 166	3	0	3BV	R\$ 96
0	1	BB + 1 BVJ	R\$ 108	0	1	1BVJ	R\$ 38
1	1	BB + 1 BV+ 1BVJ	R\$ 140	1	1	1BV + 1BVJ	R\$ 70

2	1	BB + 2BV +1 BVJ	R\$ 172	2	1	2BV +1BVJ	R\$ 102
3	1	BB + 3 BV + 1 BVJ	R\$ 204	3	1	3BV + 1 BVJ	R\$ 134
0	2	BB + 2 BVJ	R\$ 146	0	2	2BVJ	R\$ 76
1	2	BB + 1 BV + 2 BVJ	R\$ 176	1	2	1BV + 2 BVJ	R\$ 108
2	2	BB + 2 BV + 2 BVJ	R\$ 210	2	2	2BV + 2 BVJ	R\$ 140
3	2	BB+ 3 BV + 2 BVJ	R\$ 242	3	2	3BV + 2 BVJ	R\$ 172

FONTES: MDS 2012

(BB: Benefício Básico)
(BV: Benefício Básico Variável)
(BVJ: Benefício variável vinculado
ao adolescente)

Com base na tabela é possível observar que o PBF tem a proposta de atender as famílias extremamente pobres, por meio do benefício básico no valor de R\$ 70 reais independente da composição ou idade dos membros da família. Por sua vez, o valor do benefício variável, será de até cinco variáveis no valor de R\$ 32 reais para membros de 0 a 15 anos e R\$ 38 reais aos membros de 16 e 17 anos, decorrentes do quantitativo da composição familiar.

Exemplificando a tabela a família que não possuir nenhum membro de idade de 0 a 17 anos, receberá apenas o básico no valor de R\$ 70 reais; apresentando um membro de até 15 anos receberá o valor de R\$ 102 reais; apresentando um membro de 16 ou 17 anos receberá R\$ 108 reais, em uma soma do BB mais o BV e o BVJ.

Ainda analisando a tabela, quanto às famílias pobres, é perceptível o não recebimento do BB, alternando entre o BV e o BVJ, outrossim, destaca-se os valores de R\$ 32 reais para membros de até 15 anos e R\$ 38 reais para membros de 16 ou 17 anos. Descrevendo assim a tabela, para um membro de até 15 anos, o valor é de R\$ 32 reais, para dois membros o valor de R\$ 64 reais, assim consecutivamente; Para um membro de 16 ou 17 anos o valor é de R\$ 38 reais, para dois membros o valor é de R\$ 76 reais, assim

sucessivamente. Destaca-se que o total do quantitativo dos beneficiários não pode ultrapassar cinco benefícios variáveis.

Nessa perspectiva o que se observa é a preocupação de se estabelecer valores que beneficie o usuário de acordo com suas necessidades básicas, visando suprir as demandas emergências e conseqüentemente amenizar a situação de vulnerabilidade evidenciada nos dias atuais no cenário nacional.

Para dar subsídios à referida tabela de valores do Programa Bolsa Família, o MDS (2012), por meio do Relatório de Gestão 2011, dispõe de dados anuais que evidenciam o número de famílias pobres e de baixa renda no ano de 2011. Observa-se assim, um quantitativo de 12.995.195 de famílias pobres inseridas no Programa Bolsa Família e de uma estimativa de 22.231.781 de famílias de baixa renda.

Como quantidade de famílias selecionadas para a concessão de benefícios do PBF no ano de 2011, destacam-se nos meses de janeiro um número de 209.102 famílias, em agosto 294.401 famílias e em dezembro um número de 115.326 famílias, o que pressupõe afirmar que a oscilação da concessão do benefício, se dar de acordo com a verificação das condicionalidades de saúde e educação que ocorrem a cada seis meses, no intuito de identificar as famílias que deixaram de atender os critérios de elegibilidade do PBF.

Referente às regiões brasileiras o que evidencia quanto ao número de famílias selecionadas para a concessão de benefícios do PBF, é o elevado índice de pobreza nas regiões Nordeste e Sudeste, que destacam-se com cerca de 110.795 no mês de janeiro e 45.708 no mês de dezembro, e de 52.203 no mês de janeiro e 37.715 no mês de dezembro, respectivamente.

Silva, Yasbeck e Giovanni (2008) aponta que se o país deseja utilizar o programa de transferência de renda unificado como estratégia de enfrentamento a fome e a pobreza, é necessário que se tenha estimulação de recursos a Estados e municípios que possibilitem

programas específicos para cada sujeito na sua localidade, sendo assim, se faz necessário a criação do fundo de Gestão Descentralizada, com o intuito de repasses diretos aos Estados e municípios, a fim de adequar o PBF as condições de vida de cada indivíduo.

Em virtude do que foi mencionado o Programa Bolsa Família é considerado segundo muitos autores, a citar (ABRUCIO, 2010) o carro chefe do combate a pobreza no Brasil, cujo o mesmo desempenha um papel de inclusão e fortalecimento de vínculos no tocante a prestação de transferência de renda por meio de políticas sociais destinados a classe em vulnerabilidade e risco social.

Conclui-se que o Programa Bolsa Família, durante o processo de construção e modificação, permitiu uma análise de focalização nos níveis de pobreza, apresentando assim uma possível redução da desigualdade, e conseqüentemente a inserção dessas famílias no meio socioeconômico.

2.3 A Intersetorialização da Política da Assistência Social com a Política de Geração de Emprego e Transferência de Renda

A Intersetorialidade é responsável por atender as demandas sociais de forma articulada, prestando serviços eficazes que promovam a cidadania, como também proporcione aos cidadãos uma interação com as instituições que executam os serviços ofertados, dando ênfase à articulação existente entre a Política da Assistência Social e a Política de geração de emprego e transferência de renda.

Segundo Mioto e Schütz (2011, p. 5) “A intersetorialidade é evocada por contrapor-se ao aparato setorial que molda as políticas sociais. Com este direcionamento, a intersetorialidade envolve ações integradas de distintos setores, no atendimento da população,

cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida”.

Nesse sentido em que as autoras discutem que a setorização é uma forma de atendimento fragmentada, e que só com a intersectorialização seria possível uma renovação no que se trata do atendimento, aludindo-se assim que o Estado vem desenvolvendo ao longo da história uma desarticulação das demandas populacionais, “à materialização das políticas públicas, no aparato estatal encontra-se marcado por estruturas marcadas pela fragmentação, excessiva burocratizada, paralelismo de ações, endógena de departamentos, entre outros” (MIOTO E SCHÜTZ, 2011).

Com base nas Orientações Técnicas do MDS (2009), uma nova administração da gestão social nesse contexto deve necessariamente estar voltada a atender princípios essenciais para um alcance positivo em seus resultados futuros, e dentre esse conceito, deve-se agregar junto a essa moderna gestão um sistema que possa desenvolver um processo de redes descentralizadas, com a efetiva participação social junto as suas decisões e intersectorializando essas políticas, como forma de uma melhor articulação que envolva todas as políticas públicas frente o desempenhar de metas possivelmente pensadas em conjunto, fazendo referência a atender a inclusão, proteção e promoção do sujeito principal dentro do contexto de inclusão social que é a família.

O importante nesse processo é que as famílias sejam vistas no conjunto das suas vulnerabilidades e atendidas nos CRAS, como também, na rede socioassistencial integrada, e que são também um complemento essencial de entidades, possibilitando assim o favorecimento e garantias de serviços de caráter intersectorial apresentados com as demais políticas públicas como, por exemplo, nos serviços prestados na habitação, saúde e educação (Orientações Técnicas, MDS, 2009).

Com base ainda na revista, visivelmente em toda essa nova conjuntura que a Assistência Social vem se apresentando, a torna, com um caráter diferenciado das outras políticas públicas, visto que a mesma traz para si a responsabilidade de dialogar com as demais políticas públicas, percebendo-se que a política da assistência social vem atender à família que precisa se inserir aos acessos básicos sociais.

Nesse aspecto, entende-se que as Políticas Sociais de geração de emprego e renda possibilitam aos usuários um crescimento econômico e conseqüentemente um desenvolvimento social que melhora a gestão e aumenta a efetividade do gasto social através da otimização e racionalização, ganhos de escala e facilidade da interlocução do Governo Federal com estados e municípios (SILVA, et al. 2007).

Os programas do Governo Federal que fazem parte da política de geração de emprego e transferência de renda, a citar o Programa Bolsa Família- PBF e o Projovem Trabalhador estão cada vez mais voltados para melhoria da qualidade de vida da população, destacando-se a introdução da intersetorialidade como forma de atender por meio de articulação de redes ao público em geral, onde Sposati (2006, p. 140) vê essa intersetorialidade não só “como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas”.

No decorrer dos anos, os programas cada vez mais passaram a se desenvolver e alterar nomes e condicionalidades pré-estabelecidas. O Bolsa Família é um desses programas de transferência direta de renda mais conhecido, atendendo mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. O programa instituído apresenta condicionalidades que necessita da intersetorialidade de serviços com outras redes indispensáveis para a concessão do benefício, a citar a parceria com a Saúde, Educação e Assistência Social, segundo dados do MDS (2012).

O Programa Bolsa Família- PBF é um dos programas sociais do Governo Federal mantido no Cadastro Único que reforça os direitos sociais básicos da população, além de contribuir para a amenização da pobreza e da extrema pobreza, nas camadas mais vulneráveis da sociedade.

Com base no site do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome- MDS o Programa Bolsa Família procura atender diversas áreas que crie oportunidades e condições para superação da pobreza, o que permite a inserção de programas complementares que monitoram as situações de vulnerabilidade a serem atendidas.

Na área de trabalho, emprego e renda, o MDS (2012) afirma que ações dos mesmos “têm por objetivo desenvolver as habilidades do público atendido para que seja capaz de competir e se inserir no mercado de maneira sustentável”.

Desse modo o que se observa é a necessidade de atender a população inscrita no Cadastro Único para desenvolver a situação econômica das famílias que se encontram com baixa renda, onde é proporcionado ao público cursos direcionados aos beneficiários do Bolsa Família com idade superior a 18 anos e programas que visam a qualificação profissional do usuário.

Com o intuito de fortalecer as ações desenvolvidas pelo Programa Bolsa Família, a articulação de redes que apresenta objetivo comum, permite desenvolver serviços coletivos que introduzem na intersetorialidade o compartilhamento de interesses equivalentes. Dessa forma o PBF “indica o desenvolvimento de ações complementares mediante articulação com outros programas de natureza estruturante, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho” (Silva e Lima, 2010).

Assim, para a implementação do Programa Bolsa Família é necessário cada vez mais, da inserção da intersetorialidade como forma de combate a pobreza e a desigualdade social. Castanha e Silveira (2009) enfatiza que “o direito de acesso à saúde e à educação, no

Brasil, são garantidos de forma universal pela Constituição Federal de 1988” assegurando o compromisso do poder público na promoção de serviços intersectorializados.

Ressalta-se que a intersectorialidade evidenciada no PBF, é oriunda da necessidade de amenização de problemas da questão social, como afirma Carvalho e Iamamoto:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 2007, p.77)

A partir dessas convicções é possível direcionar políticas sociais que integradas articulam ações e serviços como forma de promover os direitos sociais e ao mesmo tempo, inovações e ampliações de políticas que beneficiem o usuário e amenizem conseqüentemente algumas das expressões da questão social, a citar o desemprego.

A intersectorialidade presente nas políticas sociais, em particular nas políticas de transferência de renda, é indispensável para o desenvolvimento coletivo das ações, afirmando Junqueira que a mesma envolve ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida (Rede Unida, 2000; Junqueira; Inojosa e Komatsu, 1997).

Tendo em vista os aspectos observados às políticas sociais intersectorializadas de geração de emprego e renda, é notória a necessidade constante de inovações e ampliação para atuar nos problemas sociais, o que permite impactos positivos do próprio programa, conforme Castanha e Silveira (2009). Além de intensificar a participação de famílias nos serviços de Assistência Social, Saúde e Educação que em parceria almejam a ruptura da pobreza e promovem a inclusão social dos indivíduos na sociedade, destacando-se áreas de geração de trabalho e renda e qualificação profissional.

3. A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ

O município de Propriá desenvolve sua economia pautada na produção agrícola e no desenvolvimento do comércio, ocasionando renda per capita para o município, como também para benefício das famílias envolvidas nos meios de produção e grande empresários da região.

Nessa perspectiva o que se observa é a necessidade de implantar Políticas de geração de emprego e transferência de renda que permitam a população buscar formas diversificadas de trabalho e emprego e conseqüentemente possibilitem a amenização de uma das expressões da questão social que se define como desemprego.

O município passa então a incorporar medidas, por meio de programas e projetos, que visem à inclusão do usuário em políticas de geração de emprego e transferência de renda, ofertado pela Secretaria de Assistência Social, com o propósito de qualificar o usuário desde a adolescência até a idade adulta, o inserindo assim quando possível, no mercado de trabalho, sendo este formal ou informal.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 23, “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”, entende-se assim a significância de implantar programas que beneficiem a classe desfavorecida, intensificando seu potencial, muitas das vezes desvalorizado e estereotipado pela sociedade.

Com base no dado exposto o capítulo propõe uma explanação do contexto histórico do município de Propriá, abordando as políticas de geração de emprego e

transferência de renda como esta sendo uma das responsáveis para o crescimento econômico do município, assim como o desenvolvimento socioeconômico da sociedade civil.

3.1 Contexto Histórico do Município de Propriá

O município de Propriá, conhecido há alguns anos como “A princesinha do Baixo São Francisco” foi fundado em 07 de fevereiro de 1802, segundo dados do portal da Prefeitura de Propriá. Distante 98 km da capital, o município faz divisa com o Estado de Alagoas, via ponte SE-AL, e com os municípios circunvizinhos Neópolis, Japoatã, Cedro de São João e Telha. (PROPRIÁ, 2012)

Apresenta uma área territorial de 95,041 km² e uma população de 28. 457 habitantes, com base em dados do IBGE 2010. O atual Gestor Municipal é José Américo Lima (PSC), assumindo o mandato no ano de 2011, em decorrência da renúncia do ex-prefeito reeleito para o mandato de 2009 a 2012. O município dispõe de sete povoados, denominados: Pov. São Vicente, São Miguel, Santa Cruz, Boa Esperança, Pau da Marreca, Brejo do Cajueiro, Alemanha e o Assentamento Pe. Cícero (MENDONÇA e SILVA, 2009, p. 442).

Com base em dados do IBGE Cidades (2012), o município criado há mais de dois séculos, surgiu com a denominação Urubu de Baixo passando por transformações ocasionadas pela pesca do peixe piau, em que se utilizava um pau, assim criou-se a expressão pesca do paupiau ou purapiau, que posteriormente recebeu a denominação de Propriá.

Localizado as margens do Rio São Francisco, o município sofreu um grande golpe, já que as cidades de Porto da Folha, Glória, Canidé do São Francisco, Monte Alegre,

Aquidabã, Itabi, Poço Redondo e Canhoba pós-emancipadas, deixaram de depender economicamente de Propriá. Com a inauguração da ponte de Pedra Branca, sobre o Rio São Francisco, o município progrediu com os municípios da região sul por meio das telecomunicações (MENDONÇA e SILVA, 2002, p.363).

Com um IDH de 0,653 considerado médio pelo PNUD/2000 o município de Propriá não apresenta uma elevação de condições e qualidade de vida da população, entendendo que esse indicador quantitativo favorece uma visão balanceada do Brasil e conseqüentemente o nível de desenvolvimento social, demográfico e econômico, segundo dados do portal GFORUM (2012).

Quanto à economia, destacou-se ao longo dos anos a agricultura com o cultivo predominante de arroz, manga e laranja. A cultura do arroz atingiu seu apogeu devido à implantação de perímetros irrigados, implementados pela Companhia do desenvolvimento do Vale do São Francisco- CODEVASF, através do Projeto Propriá, com o aproveitamento de 1100 hectares, além dos 2200 hectares que são utilizados pelo Projeto Contiguiba/Pindoba, segundo Silva e Mendonça, 2009.

Além do cultivo do arroz, a piscicultura destaca-se pelo grande potencial oferecido pelas águas do São Francisco para criação de alevinos produzidos em cativeiros, principalmente da espécie de peixe tambaqui, comercializado não só em Propriá, como também interestadual.

O comércio vem se destacando ao longo dos anos como mais uma nova fonte de renda e aumento da economia no município de Propriá, através de suas diversas lojas comerciais, bancos públicos e privados, fábrica de beneficiamento de arroz, laticínios, indústria de abate e corte de bovinos, distribuidoras comerciais, hotéis e pousadas, além da tradicional feira livre que tanto abastece o município como também várias cidades de Sergipe e Alagoas por sua proximidade com a fronteira (MENDONÇA e SILVA, 2009).

Ainda com base em dados do livro Sergipe Panorâmico (2009), o município de Propriá segue o seu próprio calendário turístico- cultural, o qual além de manter as tradições locais, faz referência também a atos cívicos, religiosos e culturais nacionalmente, destacando-se como maior ápice da sua cultura a festa do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, conhecida nacional e internacionalmente, realizada sempre no último domingo do mês de janeiro.

Destaca-se como um fator inerente a cultura a música “Rosinha de Propriá” do compositor e cantor Luiz Gonzaga, que tornou o município conhecido nacionalmente, onde o mesmo faz referência a sua amada que residia em Propriá.

O Município possui um organograma administrativo constituído por dezessete secretárias, incluindo a SMTT e coordenações de comunicação social e políticas para mulheres, com base em dados do Portal do município de Propriá, destacando-se a Secretária Municipal de Assistência Social que será abordada posteriormente.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) localiza-se no Bairro Fernandes e disponibiliza de dois Centros de Referência de Assistência Social e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Com base em dados da SEMAS, o CRAS “Dom José Brandão de Castro” implantado em 2004, fica localizado na Rua Elmiro Costa, S/N, Bairro Fernandes, funcionando das 7 às 12 h e das 14 às 17h, tendo na equipe técnica três Assistentes Sociais, sendo que uma delas, atua na função de coordenadora, além de uma psicóloga.

O CRAS “Santo Antônio” por sua vez localizado no Conjunto Maria do Carmo, foi implantado em setembro de 2010, com o intuito de atender uma parcela da população que necessitava de uma proximidade com os serviços de Assistência. Outrossim, o CRAS do município de Propriá é mantido com recursos próprios, tendo visto a necessidade de atendimento a 3000 famílias cadastradas em situação de vulnerabilidade.

De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome os CRAS estabelecidos pela Norma Operacional Básica- NOB/SUAS 2005 exigem uma quantidade de habitantes para implantação de CRAS.

Porte do município	Nº. Habitantes	Nº. mínimo de CRAS	Famílias referenciadas	Capacidade de Atendimento Anual
Pequeno Porte I	Até 20 mil habitantes	1 CRAS	2.500	500 famílias
Pequeno Porte II	De 20 a 50 mil habitantes	1 CRAS	3.500	750 famílias
Médio Porte	De 50 a 100 mil habitantes	2 CRAS	5.000	1.000 famílias
Grande Porte	De 100 a 900 mil habitantes	4 CRAS	5.000	1.000 famílias
Metrópole	Mais de 900 mil habitantes	8 CRAS	5.000	1.000 famílias

NOB/SUAS 2005

Desse modo o que se observa é uma preocupação da administração pública em implantar um número superior de CRAS ao estabelecido pela NOB-SUAS 2005, para atender a população de Propriá, considerado município de pequeno porte II, por possuir uma população de 28.457 habitantes e 3.571 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, tendo sido cadastradas atualmente 5.300 famílias no CADÚNICO, com bases em dados da Secretaria de Assistência Social do município de Propriá.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS realiza suas atividades em anexo a Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Dom José Vicente de Távora, S/N, implantado em agosto de 2010, disponibiliza de uma equipe técnica composta de duas Assistentes Sociais, uma psicóloga e uma psicopedagoga.

Quanto às políticas de geração de emprego e renda, o CRAS “Dom José Brandão de Castro” disponibiliza de cursos de informática e de geração de renda para beneficiários do

PBF, do PETI e os adolescentes do projoovem, além de diversificados serviços que atendam as demandas da população.

Além dos serviços prestados pelo CRAS e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o município de Propriá, através da portaria 428 sancionada no ano de 2008, que trata da reestruturação do município, foram criadas diversas secretarias, inclusive a Secretaria de Geração de Emprego e Renda, que iniciou suas atividades em janeiro de 2009.

Percebe-se que as ações das políticas de geração de emprego e renda são desenvolvidas em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o CRAS “Dom José Brandão de Castro”, os quais permitem uma intersetorialidade, que visam o atendimento das demandas sociais para amenização da questão social que é o desemprego, tendo como referência MOTA e AMARAL (2010) que afirma que a atuação dos Assistentes Sociais são permeadas pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, os quais geram constantes modificações.

A Política de Geração de emprego e renda no município de Propriá contribui por meio de projetos na participação de jovens e beneficiários em cursos profissionalizantes que desenvolvem a autonomização dos usuários junto a uma profissão, a qual proporcione sua inserção no mercado de trabalho formal ou informal, adquirindo assim uma melhor condição econômica e social, perante a sociedade.

Esses cursos profissionalizantes de incentivo a melhoria da qualidade de vida e resgate da cidadania, são financiados com recursos do IGD (Índice de Gestão Descentralizada) apoiando o trabalho da gestão municipal do Bolsa Família, segundo dados do portal fome zero.

Levando-se em consideração esses aspectos, as contribuições nas políticas de geração de emprego e renda pelo município de Propriá, permitiram um maior incentivo de políticas públicas direcionadas à classe beneficiária de Programas Federais, no intuito de

promover a participação dos usuários em projetos e programas voltados para a qualificação profissional do mesmo, fortalecendo a articulação dos setores da administração pública com empresas públicas e privadas.

3.2 O Programa Bolsa Família no CRAS “Dom José Brandão de Castro”, município de Propriá-SE nos anos de 2010 e 2011

De acordo com o Centro de Referência de Assistência Social “Dom José Brandão de Castro” as políticas sociais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social favorecem uma articulação de redes que possibilitam à melhoria do atendimento a população, tendo como parcerias as Secretarias de Saúde, Educação e Cultura, assim como as instituições, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC visando à oferta de oficinas e cursos profissionalizantes que possibilitem a qualificação profissional não só dos beneficiários do cadastro único, mas também a população em geral.

Nesse sentido, com base em dados secundários da Secretaria Municipal de Assistência Social de Propriá, são ofertados cursos como: corte e costura, manicure, pedicura, cabeleireiro e biscuit que permitem uma qualificação profissional, assim como uma autonomia dos usuários e sua ascensão socioeconômica, por meio de sua inclusão no mercado formal e/ou informal.

A Prefeitura Municipal de Propriá, articulada com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Planejamento e de Emprego e Renda, firmaram um convênio junto ao

SENAI, a fim de introduzir no município cursos profissionalizantes que possibilitassem uma educação profissional e uma empregabilidade na cidade e povoados, dados estes retirados do “Projeto de Interiorização da FIES”.

O Projeto intitulado “PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA FIES” foi executado no período de 22/02/10 a 26/04/10, atendendo cerca de 650 alunos, que foram distribuídos em diversos cursos, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho local, assim como o desenvolvimento socioeconômico do município, com suporte em ações de responsabilidade social, segue quadro expositivo da programação das turmas do Projeto de Interiorização:

PROGRAMAÇÃO DAS TURMAS DO PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO - SAM
PROPRÍÁ - Período de execução do polo 22/02/10 a 26/04/10

Área	Cód. Vigente	Nome do curso	Carga horária	DIAS	Data início	Data término	Turno	Docente (SENAI)	Carreta	Polo	Quant por turma
Alimentos e Bebidas		Auxiliar em Processamento de Carnes e Derivados	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Manhã	OMAM CAMPOS MACHADO	Unidade Móvel Qualidade de Alimentos	Propriá	12
Alimentos e Bebidas		Auxiliar em Processamento de Leites e Derivados	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Tarde	OMAM CAMPOS MACHADO	Unidade Móvel Qualidade de Alimentos	Propriá	12
Alimentos e Bebidas		Padeiro Confeiteiro	200	25	22/02/2010	28/03/2010	Manhã e Tarde	MARIA ACACIA MACHADO FONTES	Unidade Móvel Panificação	Propriá	12
Automotiva		Mecânico Reparador de Motor de Ciclo Diesel	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Manhã	MANUEL NEVES DE OLIVEIRA FILHO	Unidade Móvel Mecânica Automotiva	Propriá	12
Automotiva		Mecânico Reparador de Motor de Ciclo Diesel	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Tarde	MANUEL NEVES DE OLIVEIRA FILHO	Unidade Móvel Mecânica Automotiva	Propriá	0
Automotiva		Mecânico Reparador de Motor de Popa	100	33,333333	22/02/2010	09/04/2010	Noite	RODOLFO JURGENS MENDEL	Unidade Móvel Mecânica Automotiva	Propriá	10
Automotiva		Mecânico de Motocicleta	200	25	22/02/2010	28/03/2010	Manhã e Tarde	RAMUNDO SILVA BRASILEIRO	Unidade Móvel Mecânica Automotiva	Propriá	12
Automotiva		Injeção Eletrônica	60	20	22/02/2010	19/03/2010	Noite	MARCOS BATISTA DOS SANTOS	Unidade Móvel Mecânica Automotiva	Propriá	12
Automotiva		Injeção Eletrônica	60	20	22/03/2010	19/04/2010	Noite	MARCOS BATISTA DOS SANTOS	Unidade Móvel Mecânica Automotiva	Propriá	12
Construção Civil		Pedreiro Polivalente	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Manhã	ANTÔNIO DA SILVA OLIVEIRA	Programa de Ações Móveis - Construção Civil	Propriá	20
Construção Civil		Pedreiro Polivalente	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Tarde	ANTÔNIO DA SILVA OLIVEIRA	Programa de Ações Móveis - Construção Civil	Propriá	20
Construção Civil		Instalador Hidráulico Polivalente	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Manhã	JOSÉ CELESTINO DOS SANTOS	Programa de Ações Móveis - Construção Civil	Propriá	20

Construção Civil		Pintor Imobiliário	180	40	22/02/2010	19/04/2010	Tarde	JOSÉ CELESTINO DOS SANTOS	Programa de Ações Móveis - Construção Civil	Própria	20
Eletroeletrônica		Eletricista Instalador Predial Básico	180	40	22/02/2010	19/04/2010	Manhã	OTACÍLIO JOSÉ ALMEIDA NETO	Unidade Móvel Eletroeletrônica	Própria	12
Eletroeletrônica		Eletricista Instalador Predial Básico	180	40	22/02/2010	19/04/2010	Tarde	OTACÍLIO JOSÉ ALMEIDA NETO	Unidade Móvel Eletroeletrônica	Própria	12
Tecnologia da Informação		Informática Básica sem Internet	80	15	22/02/2010	12/03/2010	Manhã	ALISSON FREIRE BATISTA	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Word e Excel Avançados	40	10	15/03/2010	26/03/2010	Manhã	ALISSON FREIRE BATISTA	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Corel Draw	40	10	29/03/2010	12/04/2010	Manhã	ALISSON FREIRE BATISTA	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Informática Básica sem Internet	80	15	22/02/2010	12/03/2010	Tarde	ADRIANO MELO DA SILVA	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Word e Excel Avançados	40	10	15/03/2010	26/03/2010	Tarde	ADRIANO MELO DA SILVA	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Corel Draw	40	10	29/03/2010	12/04/2010	Tarde	ADRIANO MELO DA SILVA	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Informática Básica sem Internet	80	15	22/02/2010	12/03/2010	Manhã	ADRIANO MELO DA SILVA	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Tecnologia da Informação		Word e Excel Avançados	40	10	15/03/2010	26/03/2010	Manhã	ADRIANO MELO DA SILVA	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Tecnologia da Informação		Corel Draw	40	10	29/03/2010	12/04/2010	Manhã	ADRIANO MELO DA SILVA	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Tecnologia da Informação		Informática Básica sem Internet	80	15	22/02/2010	12/03/2010	Tarde	FRANLYN FRANCISCO DOS SANTOS BISPO	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Tecnologia da Informação		Word e Excel Avançados	40	10	15/03/2010	26/03/2010	Tarde	FRANLYN FRANCISCO DOS SANTOS BISPO	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Tecnologia da Informação		Corel Draw	40	10	29/03/2010	12/04/2010	Tarde	FRANLYN FRANCISCO DOS SANTOS BISPO	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Tecnologia da Informação		Informática Básica sem Internet	80	20	22/02/2010	19/03/2010	Noite	FRANLYN FRANCISCO DOS SANTOS BISPO	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Word e Excel Avançados	40	13,333333	22/03/2010	09/04/2010	Noite	FRANLYN FRANCISCO DOS SANTOS BISPO	Unidade Móvel Informática (carreta 1)	Própria	25
Tecnologia da Informação		Informática Básica sem Internet	80	20	22/02/2010	19/03/2010	Noite	ALISSON FREIRE BATISTA	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Tecnologia da Informação		Word e Excel Avançados	40	13,333333	22/03/2010	09/04/2010	Noite	ALISSON FREIRE BATISTA	Unidade Móvel Informática (carreta 2)	Própria	20
Têxtil e Vestuário		Costura Industrial de Peças Íntimas	100	25	22/02/2010	26/03/2010	Manhã	MARIA LUIZA VIEIRA DA ROCHA	Unidade Móvel Confeção do Vestuário (carreta 1)	Própria	14
Têxtil e Vestuário		Costureiro Industrial de Camisetas em Malha	100	25	22/02/2010	26/03/2010	Tarde	SANDRA MENEZES FERREIRA	Unidade Móvel Confeção do Vestuário (carreta 1)	Própria	14
Têxtil e Vestuário		Costura Industrial de Peças Íntimas	100	33,333333	22/02/2010	09/04/2010	Noite	JOSÉ JOAQUIM DA SILVA FILHO	Unidade Móvel Confeção do Vestuário (carreta 2)	Própria	14
Têxtil e Vestuário		Modelagem, Corte e Costura de Peças Íntimas	130	43,333333	22/02/2010	26/04/2010	Noite	JOSÉ RUI MARIANO CRAVEIRO SANTANA	Unidade Móvel Confeção do Vestuário (carreta 1)	Própria	14
Têxtil e Vestuário		Costura Industrial de Camisa Social e Esporte em Tecido Plano	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Manhã	SANDRA MENEZES FERREIRA	Unidade Móvel Confeção do Vestuário (carreta 2)	Própria	14
Têxtil e Vestuário		Costureiro Industrial em Tecido Plano e Malha	160	40	22/02/2010	19/04/2010	Tarde	MARIA LUIZA VIEIRA DA ROCHA	Unidade Móvel Confeção do Vestuário (carreta 2)	Própria	14
Têxtil e Vestuário		Corte e Confeção Industrial	30	3,75	20/04/2010	26/04/2010	Manhã e Tarde	JOSÉ JOAQUIM DA SILVA FILHO	Unidade Móvel Confeção do Vestuário (carreta 2)	Própria	14

FONTES: SENAI/SE- "PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA FIES"

Dentre os cursos ofertados citam-se Auxiliar em Processamento de Carnes e Derivados, Eletricista Instalador Predial Básico e Costura Industrial de Camisa Social e Esporte em Tecido Plano, ambos com carga horária de 160 horas, nos turnos manhã e tarde. Além destes, destacam-se os cursos na área de tecnologia de informação, com informação básica em internet e Word e Excel Avançados, com turmas de 25 alunos, no período noturno, com carga horária de 60 h e 40 h respectivamente.

Esses cursos ofertados gratuitamente qualificaram 420 pessoas, dentre elas jovens e adultos, com entrega de certificados, que proporcionaram uma inserção produtiva e social na busca de garantir renda e ocupação dos mesmos.

As políticas de geração de emprego e transferência de renda no município de Propriá desenvolvidas no CRAS “Dom José Brandão de Castro” tem como foco a amenização dos níveis de pobreza, entendendo que o município, considerado de Pequeno Porte II, não disponibiliza de oportunidades no mercado formal, o que interfere na vida social dos usuários, ocasionando o aumento do desemprego e conseqüentemente as desigualdades sociais.

Associada a esse processo, o que se observa é a intensificação do Programa de Transferência de renda, Bolsa família, como o predominante para amenizar e viabilizar a população que se encontra em vulnerabilidade social, como também promove a inclusão social e a emancipação das famílias beneficiadas (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2008. p. 135).

O Programa Bolsa Família, inserido no ano de 2004 no CRAS “Dom José Brandão de Castro” no município de Propriá, atualmente funciona no prédio da Secretaria de Assistência Social, apresentando um quadro de funcionários com um coordenador e três operadores-master, além de disponibilizar de equipamentos que intensificam a agilidade ao acesso do serviço prestado a população. Ressalta-se ainda a articulação existente entre as

redes de Saúde e Educação, no tocante ao PBF, a fim de anexar informações que complementem as exigências definidas pelo sistema do programa.

Com base em dados do CADÚNICO o PBF atende atualmente cerca de 3.571 famílias beneficiadas, as quais são acompanhadas pelo CRAS, no intuito de identificar as especificidades de cada família, e assim, desenvolver ações estratégicas que promovam a elevação das condições de vida, como também a autonomização dessas famílias (CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2003 apud SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2008).

FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADÚNICO

18 DE JANEIRO DE 2010	5.193
04 DE FEVEREIRO DE 2011	5.385

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012

	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PBF 2010	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PBF 2011
JUNHO	3.279	3.456
JULHO	3.294	3.507
OUTUBRO	3.301	3.571

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012

As tabelas acima referem-se ao número de famílias cadastradas no CADÚNICO em janeiro de 2010 e fevereiro de 2011, como também informam a quantidade de beneficiários do PBF no mesmo período, nos meses de junho, julho e outubro, observa-se assim o aumento gradativo de famílias cadastradas no Cadastro único. Entre o mês de junho a outubro de 2010, o número de beneficiários do PBF subiu de 3.279 para 3.301 beneficiários,

já no mesmo período do ano de 2011, ocorreu um aumento de 270 beneficiários referente ao ano anterior.

Outro aspecto importante a ser destacado são as ações desenvolvidas no CRAS “Dom José Brandão de Castro” como a inserção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI, do Projovem Adolescente, do Benefício de Prestação Continuada, do Programa de Cestas básicas e Operações coletivas, com destaque para Bolsa Propriá, além de oficinas e cursos profissionalizantes.

Silva, Yazbek, Giovanni (2008) parte do princípio que a integração do PBF com os demais programas e benefícios do Governo Federal, promove um avanço no contexto da Política Social brasileira.

Pensar a unificação importa considera-lá não como mero mecanismo de gestão, mas como um processo que deve ser colocado a serviço de um Sistema de Proteção Social universal, capaz de atender todas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade [...] uma efetiva articulação da transferência monetária com outros programas sociais e com uma política econômica de geração de emprego e renda, de valorização da renda do trabalho e de desconcentração da renda e da riqueza socialmente produzida [...] (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2008, p. 137).

Essa articulação existente entre o PBF e os demais programas e benefícios inseridos ao mesmo, permitem ao beneficiário ampliar sua renda per capita, como também promover sua emancipação, no sentido de fortalecer a população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social.

Segundo dados da SEMAS, o município dispõe de 438 beneficiários inseridos no PETI, funcionando em dois turnos, pela manhã das 7h30 às 10h e a tarde das 13h30 às 16h, distribuídos em núcleos na sede, como também nos povoados São Miguel, Boa Esperança, Santa Cruz e São Vicente. Dentre os serviços ofertados destacam-se: atividades sócio-educativas, esportivas, núcleo de informática, oficinas de artesanato e aula de música e canto.

O Projovem adolescente por sua vez dispõe de 150 beneficiários, dividido em dez coletivos, sendo dois funcionando no horário das 7h30 às 10h e oito funcionando das 13h30 às 16h. Os serviços ofertados pelo Projovem são equivalentes aos do PETI.

Cita-se ainda o Benefício de Prestação Continuada- BPC, sendo este, um benefício de transferência de renda criado pelo decreto 1.744/1995 direcionado para idosos acima de 65 anos e pessoas portadora de deficiência, que seja considerado incapaz de promover seu próprio sustento. O mesmo veio substituir em parte a Renda Mensal Vitalícia- RMV, visto que esse era mais vantajoso (SIMÕES, 2009).

Segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate á fome, o município de Propriá apresenta um quadro de beneficiários abaixo discriminado.

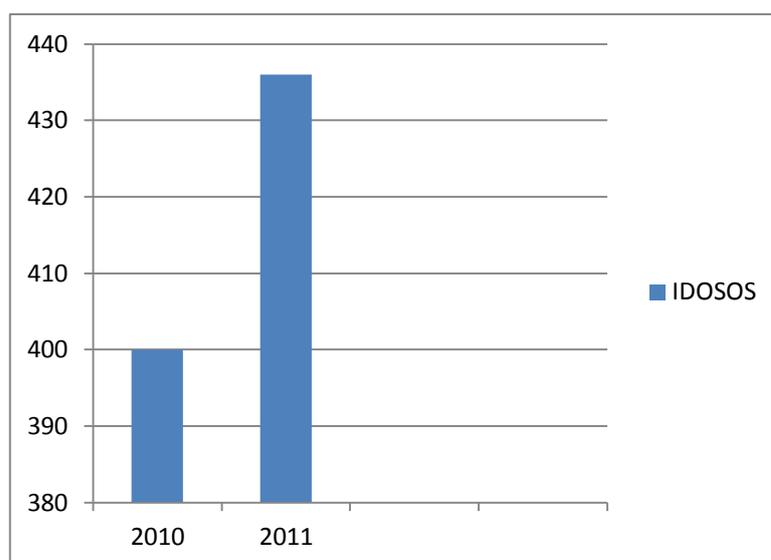


Gráfico 1- FONTE: MDS, 2012

O gráfico 1 mostra o aumento gradativo do número de idosos do ano de 2010 para 2011, em uma média de 9,17%, alterando de 400 beneficiários do BPC para 436.

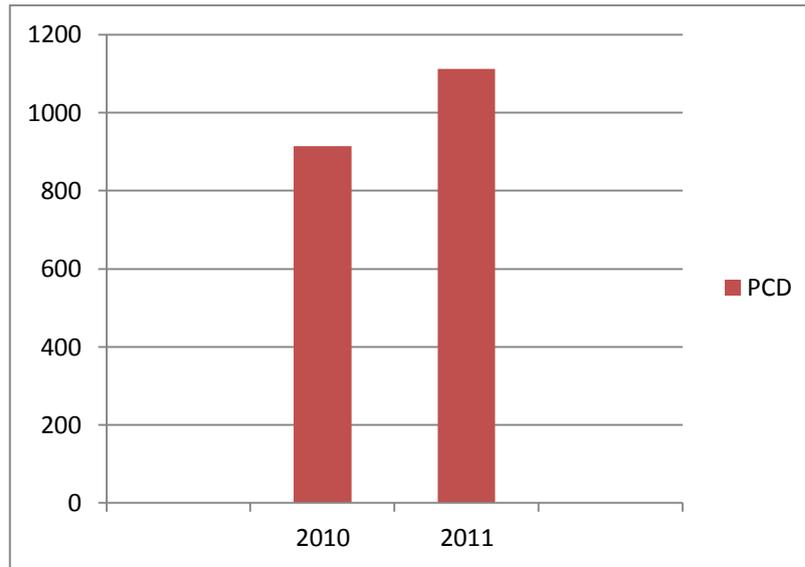


Gráfico 2- FONTE: MDS 2012

O Gráfico 2 mostra 914 Pessoas com Deficiência- PCD no ano de 2010 e 1.112 beneficiários no ano 2011, destacando-se um elevado número de 198 PCD de um ano para o outro.

Com base nos gráficos expostos, o número de beneficiários do BPC nos anos de 2010 e 2011 obteve um moderado avanço no município de Propriá, enquanto para os beneficiários do PCD ocorreu um aumento significativo, observando assim, que o número de pessoas com deficiência é superior ao de pessoas idosas.

A fim de complementar a renda das famílias em situação de risco e vulnerabilidade, residentes no município de Propriá foi criado o Programa Bolsa Propriá pela administração atual, em 2011, este é um programa focado na distribuição de renda, destinados aos cadastrados do CADÚNICO e não contemplados com o benefício do Bolsa Família. Nesse sentido para que o usuário seja atendido no Bolsa Propriá, é necessário que o mesmo atenda condicionalidades determinadas no projeto de lei como:

- Não receber nenhum benefício do governo Federal;
- Residir em Propriá;
- Não ter carteira assinada;

- Não receber aposentadoria da Previdência Social e nem privada;
- Não ser funcionário público, dentre outras.

Ressalta-se ainda, a intersectorialidade da equipe do Bolsa Propriá com a do Bolsa Família, para a realização de uma catalogação de dados dos beneficiários do PBF todos os dias dez de cada mês, como forma de fiscalização, segundo a coordenadoria do PBP.

As oficinas e cursos profissionalizantes que complementam os programas de geração de emprego e transferência de renda são ofertados conforme a procura decorrente das reuniões e atendimentos realizados mensalmente pela equipe técnica do CRAS, junto com a coordenação do Programa Bolsa Família- PBF. Assim, se faz necessário o preenchimento de uma ficha em que se permite elencar os cursos mais almejados pelos beneficiários, e conseqüentemente ofertar os mais requisitados. Dentre essas oficinas e cursos, destacam-se: corte e costura, manicure e pedicure, cabeleireiro, biscuit, artesanato em ponto de cruz e pintura em tela (SEMAS).

Pela observação dos aspectos analisados, entende-se que o CRAS “Dom José Brandão de Castro”, através de políticas intersectorializadas, junto com as Secretarias de Geração de Emprego e Renda, Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura desenvolvem ações, serviços, programas e projetos sociais, tendo como referência o CADÚNICO, o qual dispõe de informações da composição familiar que permitem uma intervenção específica frente à vulnerabilidade e a exclusão social. Para tanto, se faz necessário à eficácia do Programa Bolsa Família como principal gerador de renda e difusor de serviços e programas complementares que fortalecem individual e coletivamente os usuários na promoção da cidadania.

4 CONCLUSÃO

Ao decorrer da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso foi possível tecer algumas conclusões, que permitem evidenciar os avanços e retrocessos da Política da Assistência Social frente aos programas de geração de emprego e transferência de renda.

Para atingir a finalidade do trabalho foi necessário analisar o contexto histórico da política da Assistência Social, relacionando-a com a prática dos Assistentes Sociais diante dos programas de geração de emprego e transferência de renda, no locus da pesquisa CRAS “Dom José Brandão de Castro” nos anos de 2010 e 2011.

Nesse contexto, o presente estudo analisou as políticas públicas no Brasil e suas transformações ao longo dos anos, com ênfase na importância da aplicação e redistribuição dos recursos financeiros que são inseridos por meio das políticas sociais nas diversas áreas e setores da sociedade, possibilitando assim, a constatação de mudanças que emergiram frente às novas formas de gestão pública passando a utilizar da participação popular nas decisões e direcionamentos das políticas sociais, como forma de deixar subentendido as responsabilidades dos andamentos das ações agora aplicadas na sociedade.

Logo, percebe-se que no decorrer dessas transformações o surgimento de políticas sociais por meio de ações setorializadas diante as diversas problemáticas sociais, permitiram uma articulação de redes, contribuindo com o fortalecimento do sistema operacional por meios de serviços e ações que estão sendo executados de forma intersetorializadas.

Nessa perspectiva, o estudo mostrou que no município de Propriá as políticas públicas evidenciadas, principalmente as direcionadas aos Programas de Geração de Emprego e Transferência de Renda, só foram efetivadas nos anos de 2010 e 2011, com uma ação

intersetorializada entre Secretarias Municipais de Assistência Social, Planejamento e Geração de Emprego e Renda, além da parceria com instituições governamentais que visavam à promoção de ações por meio da qualificação profissional e conseqüentemente a amenização do desemprego.

Mediante o desenvolvimento da pesquisa, foi perceptível a necessidade de implantação de ações e serviços, entendendo que as secretarias enfrentam problemáticas tanto na alocação dos recursos, quanto na ineficiência da gestão, impossibilitando a prestação de serviços pelos profissionais que estão diretamente envolvidos na Assistência Social, através das burocracias impostas pelo Governo Federal, que estabelece condicionalidades impedindo que os municípios façam a adesão aos programas e conseqüentemente a inserção de usuários no meio social.

Entende-se assim que o município de Propriá apesar de apresentar secretarias designadas à geração de emprego e transferência de renda, e trabalhando de forma intersetorializadas, não oferecem uma atuação constante de serviços direcionados à sociedade, como forma de promoção social e qualificação profissional, o que se permite afirmar a falta de incentivos e planejamentos que dificultam o trabalho do profissional da Assistência Social frente ao contexto dessas políticas sociais direcionadas para a ascensão dos usuários sócioeconomicamente.

Adentrando as ações desenvolvidas no CRAS “Dom José Brandão de Castro” foi perceptível as iniciativas para o segundo semestre do ano de 2012, no oferecimento de oficinas aos usuários do Programa Bolsa Família, já que este é o principal programa de geração de emprego e transferência de renda, a citar, oficinas de Cabeleireiros, Manicure, Pedicure, Biscuit e Corte e Costura, os quais, muitas das vezes não possibilitam formalmente a inserção desse profissional no mercado de trabalho, visto que os mesmos, possibilitam apenas a autonomia profissional do usuário.

Nessa perspectiva foi possível observar a necessidade de articulações mais discutidas e trabalhadas, com a finalidade de inserir e promover o usuário no mercado de trabalho. Essa articulação proporcionaria a proteção universal do usuário relacionada aos direitos sociais e ao mesmo tempo o fortalecimento do sistema operacional, contribuindo para a ascensão do município de Propriá frente às respostas direcionadas a questão social, por meio de ações que permitisse uma seleção e uma adesão de programas e serviços. Ressalta-se que o município apresenta um IDH de 0,653, considerado de médio índice influenciando assim, no desenvolvimento econômico, geográfico e social do mesmo, nota-se ainda, a falta de investimentos na área social e do comprometimento na busca e na execução de ações que permitam uma melhoria na qualidade de vida da população Propriaense.

Com base nessa análise, as demandas decorrentes da não efetivação constante da Política de Geração de Emprego e Transferência de Renda interferem no aumento quantitativo do número de famílias em situação de vulnerabilidade e conseqüentemente repercute na atuação do Programa Bolsa Família como o principal gerador de renda. Evidencia-se assim, a não existência da oferta ativa de cursos profissionalizantes que desenvolvam o potencial dos usuários, ocasionando o aumento das demandas, visto que a Política de Geração de Emprego e Transferência de Renda mantém-se fragilizada e necessitando de acompanhamento, serviços complementares e ações contínuas e eficientes.

Desse modo, constata-se que as Secretarias existentes no município de Propriá visam no futuro atender de forma adequada uma parcela da população que esteja inserida nos programas de geração de emprego e transferência de renda do Governo Federal, proporcionando aos mesmos uma possível inserção no mercado de trabalho. Afirma-se ainda, que diante dos desafios mencionados anteriormente pelos profissionais da Assistência Social, foi perceptível a necessidade da oferta de cursos profissionalizantes frente aos programas sociais, como forma de municiar seus usuários com técnicas profissionais capazes de garantir

a esse cidadão um diferencial na hora de sua inserção no campo de trabalho, exigindo assim, a busca e o cumprimento das ações e serviços que deveriam ser desenvolvidos pelos Assistentes sociais, como método de promover a qualificação profissional desses beneficiários, e sua ascensão social na sociedade.

Diante disso o Serviço Social volta-se para a Política de Geração de Emprego e Transferência de Renda submetendo-se a constante busca de programas, ações e serviços que possibilitem aos usuários uma emancipação social e conseqüentemente difundam o trabalho dos Assistentes Sociais em meio às iniciativas que favorecem a inserção desses no mercado de trabalho, objetivando sua elevação na categoria de classe social, alternando de usuários em vulnerabilidade social para cidadãos em ascensão social.

Levando-se em consideração esses aspectos, o estudo possibilitou uma discussão de subsídios teóricos e práticos que servem como instrumentos na viabilidade da possível inserção dos usuários frente aos programas de geração de emprego e transferência de renda no município de Propriá, tendo como representantes inerentes para a execução dessas ações as Secretarias Municipais de Assistência Social e Geração de Emprego e Renda, como estas sendo as mediadoras e as responsáveis em proporcionar a inserção dos cidadãos no mercado formal e informal de trabalho, objetivando a amenização do desemprego e garantindo dessa forma o resgate da cidadania plena.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando. Coordenação é a peça-chave do Bolsa Família. In: BRASIL Ministério de Desenvolvimento e combate à fome. **Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros**. Brasília, 2010. P. 49.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. Família: **Redes, laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2008.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 29-40.

BRASIL. **Constituição**, 1988.

(_____.), **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2010.

(_____.), **LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social**: legislação suplementar/ Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome- 5ed. - Brasília: MDS, 2004.

(_____.), **Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome**, 2012.

(_____.), **Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/julho/presidenta-dilma-sanciona-lei-dosuas-e-garante-continuidade-ao-atendimento-da-assistencia-social> acesso em 23 mai. 2012.

(_____.), Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> acesso em: 17 abr. 2012.

(_____.), Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/beneficiarios-do-bolsa-familia-participam-de-cursos-profissionalizantes>> acesso em 25 abr. 2012.

(_____.), Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>> acesso em: 25 abr. 2012.

(_____.), Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php> > acesso em: 02 mai. 2012.

(_____.), Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome. **Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros.** Brasília, 2010.p. 89.

(_____.), Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.** Brasília, 2009.

(_____.), **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS:** , legislação suplementar/ Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2009.

(_____.), **Política Nacional de Assistência Social- PNAS/** Ministério do desenvolvimento e Combate à Fome- Brasília: MDS, 2004.

(_____.), **Declaração Universal dos Direitos Humanos.**

(_____.), Disponível em: < <http://www.gforum.tv/board/1429/146829/o-indice-de-desenvolvimento-humano-idh.html>> acesso em: 19/06/2012

(_____.), MESA. CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Brasília, 2003. apud SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; FERNANDES, Cláudia Moteiro. Algumas considerações sobre o Bolsa Família. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXX, n. 98, p. 362-387, jun. 2009.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTANHA, Viviane Brovedan; SILVEIRA, Darlene de Moraes. **O Programa Bolsa Família; A intersetorialidade entre a política de Assistência Social, e as políticas de saúde e de educação**. A Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), 2009.

CATTANI, Antônio Davis; FERRARINI, Adriane Vieira. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katal**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 164-172, jul/dez. 2010.

Código de ética profissional dos Assistentes Sociais.

Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf > acesso em: 25 abr 2012.

DERANI, Cristiane. Privatização e Serviços Públicos: As ações do Estado na produção econômica. São Paulo: Maxlimonad, 2002. apud OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Estado e Políticas Públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIX, n. 93, p. 101-123, mar. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > acesso em: 25 abr. 2012.

JUNIOR, Caio Prado. **Teoria Marxista do conhecimento e método dialético materialista**. Ed. Ridendo Castigat Moraes, 2001.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. Caracas, 1997. apud NASCIMENTO, Suely do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.101, jan/mar. 2010.

Mario Henrique de Souza Brito. **Dados do Projeto de Interiorização em Propriá-SE**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por Antonio dos Santos Souza em 15 mar. 2012.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 11-28.

MENDONÇA, Jouberto Uchôa; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Sergipe Panorâmico**. Universidade Tiradentes. Aracaju: UNIT, 2002.

(____). UNIT, 2009.

MIOTO, Regina; SCHÜTZ, Fernanda. Intersectorialidade na Política Social: Reflexões a partir do exercício profissional dos Assistentes Sociais. **Diprosul**. Pelotas-RS, ago. 2011.

MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Suely do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.101, jan/mar. 2010.

NASSIF, Luis. Bolsa Família contenta a linha liberal e a desenvolvimentista. In: BRASIL Ministério de Desenvolvimento e combate à fome. **Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros**. Brasília, 2010. P. 13.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Estado e Políticas Públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIX, n. 93, p. 101-123, mar. 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p.13.

PASSOS, Alessandro Ferreira dos; COSTANZI, Rogério Nagamine. **Evolução e perspectivas dos programas de geração de emprego e renda. Conjuntura e Análise**. p. 47-60, nov. 2002. Disponível em : < http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_20i.pdf> acesso em: 25 abr. 2012.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

(_____.), Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTAL. **Prefeitura Municipal de Propriá**.

Disponível em: < <http://www.propria.se.gov.br>> acesso em: 17 abr. 2012.

SENNA et. al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. Revista Katálysis. Florianópolis. v. 10, n. 1. 2007. apud MIOTO, Regina; SCHÜTZ, Fernanda. Intersetorialidade na Política Social: Reflexões a partir do exercício profissional dos Assistentes Sociais. **Diprosul**. Pelotas-RS, ago. 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa família: Unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Laura T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. Questões da nossa época, São Paulo, v. 78. 2002. apud OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Estado e Políticas Públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXLX, n. 93, p. 101-123, mar. 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006. apud NASCIMENTO, Suely do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.101, jan/mar. 2010.

(_____.), Aldaiza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2010.

(_____.), **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Fortaleza, 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf acesso em: 14/04/12

VADE MECUM. São Paulo: Riddel, 2007.

ANEXOS



PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA FIES PELO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ



PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA FIES PELO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ: Entrega dos certificados de conclusão dos cursos



PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA FIES PELO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ: Os participantes na reunião de entrega dos certificados



CARRETAS DO SENAI NA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA FIES



USUÁRIOS DESENVOLVENDO O CURSO DE CORTE E COSTURA NO ANO DE 2010



CARRETAS DO SENAI NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ-SE